

**SÃO MARTINHO S.A.  
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56  
NIRE 35.300.010.485**



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**Informações para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
a ser realizada em 29 de julho de 2022**

## ÍNDICE

<b>PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA</b>	<b>3</b>
<b>ANEXO I. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA</b>	<b>7</b>
<b>ANEXO II. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO III. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO IV. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO V – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO VI – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL (EFETIVOS / SUPLENTE)</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO VII. INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO VIII. INFORMAÇÕES SOBRE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 5º DO ESTATUTO SOCIAL</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO IX. PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>81</b>

## Pauta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Prezados Senhores,

**São Martinho S.A.**, com sede na Fazenda São Martinho, Pradópolis/SP, CNPJ nº 51.466.860/0001-56, apresenta Proposta da Administração, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 20.6.2022, referente à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada presencialmente em 29.7.2022, com a seguinte ordem do dia:

### **I – Em Caráter Ordinário:**

#### **1. Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2022;**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.3.2022, serão publicados no dia 21.6.2022 no jornal "Valor Econômico" nas versões impressa e digital. Tais documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20.6.2022. As Demonstrações Financeiras foram auditadas com parecer sem ressalvas dos auditores, e parecer favorável e sem ressalvas do Conselho Fiscal. Os Comentários dos Diretores, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Resolução CVM nº 80 de 29.3.2022 ("Resolução 80"), constam do Anexo I, juntamente com o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras.

A Administração propõe que os documentos sejam aprovados.

#### **2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2022;**

A Administração propõe a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 1.480.868.357,16 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos) conforme abaixo:

**(a)** R\$ 74.043.417,86 (setenta e quatro milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos) correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva Legal;

**(b)** o saldo remanescente de R\$ 1.406.824.939,30 (um bilhão, quatrocentos e seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta centavos), que deduzidos R\$ 147.953.685,60 (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) destinados à Reserva de Incentivos Fiscais, totaliza R\$ 1.258.871.253,70 (um bilhão, duzentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A., terá a seguinte destinação:

**(b1)** R\$ 620.175.817,41 (seiscentos e vinte milhões, cento e setenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), para pagamento de dividendos do exercício encerrado em 31.3.2022, composto por R\$ 314.717.813,43 (trezentos e quatorze milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e treze reais e quarenta e três centavos) de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 305.458.003,98 (trezentos e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, três reais e noventa e oito centavos) de dividendos complementares, os quais acrescidos de R\$ 5.971.207,50 (cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e sete reais e cinquenta centavos) provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizam dividendos a serem pagos aos acionistas no valor de R\$ 626.147.024,91 (seiscentos e vinte e seis milhões, cento e quarenta e sete mil, vinte e quatro reais e noventa e um centavos), equivalentes a R\$ 1,80771391007 por ação.

Em 30.11.2021, após aprovação pelo Conselho de Administração em 8.11.2021, a Companhia pagou: a) dividendos de forma antecipada no valor de R\$ 372.564.149,90 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e noventa centavos) e, b) juros sobre capital próprio ("JCP") no valor total bruto de R\$ 134.999.906,84 (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Considerando a dedução do JCP líquido dos dividendos mínimos (R\$ 116.147.076,24), e dividendos antecipados (R\$ 372.564.149,90), remanesce um saldo de dividendos a pagar de R\$ 137.435.798,77 (cento e trinta e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos), ou seja, R\$ 0,39678317599 por ação, que deverão ser pagos aos acionistas em 16 de agosto de 2022. As ações passarão a ser negociadas "ex-dividendo" em 1º de agosto de 2022.

**(b2)** R\$ 638.695.436,29 (seiscentos e trinta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos) acrescidos de R\$ 12.537.611,38 (doze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e onze reais e trinta e oito centavos) provenientes da realização de Reserva de Reavaliação, que deduzido o valor de R\$ 18.852.830,60 (dezoito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta reais e sessenta centavos) correspondentes ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) dos juros sobre capital próprio, totaliza R\$ 632.380.217,07 (seiscentos e trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil, duzentos e dezessete reais e sete centavos) para Orçamento de Capital, para Investimentos planejados relacionados, principalmente, com Projetos de Investimentos, Capex de Melhoria Operacional e/ou Capital de Giro.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo artigo 10, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM nº 81 de 29.3.2022 ("Resolução 81"), no formato do Anexo A da Resolução, constam dos Anexos II e III.

### 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Eleição dos membros do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31 de março de 2024 (AGO 2024):

#### 3.1. Proposta da acionista controladora LJN Participações S.A.:

CHAPA ÚNICA	RE (ELEIÇÃO)
<b>MAURICIO KRUG OMETTO</b> Presidente	Eleição (Presidente)
<b>GUILHERME FONTES RIBEIRO</b> Vice-Presidente	Eleição (Vice)
<b>JOÃO CARLOS COSTA BREGA</b> Conselheiro Independente	Reeleição
<b>MARCELO CAMPOS OMETTO</b> Conselheiro	Reeleição
<b>MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS</b> Conselheiro Independente	Reeleição
<b>NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO</b> Conselheiro	Reeleição
<b>OLGA STANKEVICIUS COLPO</b> Conselheira	Reeleição

### 3.2. Proposta acionistas minoritários

TRIGONO CAPITAL LTDA CNPJ 28.925.400/0001-27, gestora dos fundos TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.425/0001-86; TRIGONO DELPHOS INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.410/0001-18; TRIGONO 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CNPJ nº 33.600.869/0001-26; TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 42.190.558/0001-27; TRÍGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FIFE CNPJ nº 35.610.398/0001-62; TRIGONO POWER & YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 40.265.107/0001-86, representando 1,59% do capital social, indicaram o candidato MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS, para eventual eleição em separado, conforme artigo 141, §4º da Lei das S.A.

As informações sobre os candidatos constam do Anexo V (Anexo C da Resolução CVM 80).

### 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes)

Eleição dos membros do Conselho Fiscal permanente para um mandato de 2 (dois) anos até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31 de março de 2024 (AGO 2024):

#### 4.1. Proposta acionista controladora LJN Participações S.A.

EFETIVO	SUPLENTE
ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO	CARLOS ALBERTO ERCOLIN
MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES	ROGIENE BATISTA DOS SANTOS
MAURICIO CURVELO DE ALMEIDA PRADO	CAMILA CAÇADOR XAVIER

#### 4.2. Proposta acionistas minoritários

TRIGONO CAPITAL LTDA CNPJ 28.925.400/0001-27, gestora dos fundos TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.425/0001-86; TRIGONO DELPHOS INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.410/0001-18; TRIGONO 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CNPJ nº 33.600.869/0001-26; TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 42.190.558/0001-27; TRÍGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FIFE CNPJ nº 35.610.398/0001-62; TRIGONO POWER & YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 40.265.107/0001-86, representando 1,59% do capital social, indicaram os candidatos: MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ como Conselheira Efetiva e MASSAO FABIO OYA, como Conselheiro Suplente para eleição em separado, conforme artigo 161, §4º da Lei das S.A.

As informações sobre os candidatos indicados constam do Anexo VI (Anexo C da Resolução CVM 80).

### 5. Remuneração Global Anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal

5.1. A proposta para fixação da remuneração global anual dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria) em até R\$ 54.810.102,18 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dez mil, cento e dois reais e dezoito centavos), dos quais: (i) R\$ 45.391.427,20 (quarenta e cinco milhões, trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos) referem-se aos honorários (remuneração fixa, variável e benefícios) e (ii) R\$ 9.418.674,98 (nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) referem-se ao limite para outorga de opções virtuais de compra de ações. Não serão considerados nesse limite, o valor do exercício das opções virtuais outorgadas em exercícios anteriores.

**5.2.** A proposta para fixação da remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal em honorários de até R\$ 428.085,00 (quatrocentos e vinte e oito mil e oitenta e cinco reais).

As propostas seguem a Política de Remuneração dos Administradores aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2021 e a recomendação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP de 24 de fevereiro de 2022.

Órgão	Nº de membros	Nº membros remunerados	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Total	Plano de Opções Virtuais	Total
Conselho de Administração	7	7	8.536.307,04	-	37.746,24	8.574.053,28	-	8.574.053,28
Conselho Fiscal	3	3	428.085,00	-	-	428.085,00	-	428.085,00
Diretoria	11	11	15.033.045,24	19.418.674,98	2.365.653,70	36.817.373,92	9.418.674,98	46.236.048,90
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23.997.437,28</b>	<b>19.418.674,98</b>	<b>2.403.399,94</b>	<b>45.819.512,20</b>	<b>9.418.674,98</b>	<b>55.238.187,18</b>

As informações sobre a remuneração dos membros da administração e do Conselho Fiscal, exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM 80), constam do Anexo VII.

## **II – Em Caráter Extraordinário:**

### **1. Aumento do Capital Social e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social**

A proposta para aumentar o capital social em R\$ 479.812.601,27 (quatrocentos e setenta e nove milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e um reais e vinte e sete centavos), mediante capitalização da Reserva de Orçamento de Capital no valor de R\$ 397.880.098,15 (trezentos e noventa e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, noventa e oito reais e quinze centavos) e da Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 81.932.503,12 (oitenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, quinhentos e três reais e doze centavos), passando o capital de R\$ 2.681.570.983,27 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), para R\$ 3.161.383.584,54 (três bilhões, cento e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que, se aprovada a proposta, passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 3.161.383.584,54 (três bilhões, cento e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 354.011.329 (trezentas e cinquenta e quatro milhões, onze mil trezentas e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.*

As informações sobre o aumento de capital exigidas pelo artigo 15 da Resolução 81, encontram-se no Anexo IV e as informações adicionais referentes à alteração do artigo 5º do Estatuto Social constam no Anexo VIII.

**Anexo I**  
**Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia**  
*(item 10 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80)*

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020.

As demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e na análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2022, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 5.892,0 milhões, representando um aumento de R\$ 1.825,8 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.066,2 milhões em 31 de março de 2021, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2022 era de R\$ 2.984,1 milhões, representando um aumento de R\$ 1.620,0 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.364,1 milhões em 31 de março de 2021. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia em 31 de março de 2022 totalizou R\$ 2.907,9 milhões, cerca de 7,6% superior no período refletindo, principalmente, os investimentos em expansão - etanol de milho e cogeração, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 55%, ou 0,55x, considerando que, em 31 de março de 2022, houve um aumento de R\$ 1.332,0 milhões no patrimônio líquido, devido, a geração de lucro líquido do período.

Em 31 de março de 2021, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.066,2 milhões, representando uma diminuição de R\$ 775,1 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.841,4 milhões em 31 de março de 2020, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2021 era de R\$ 1.364,1 milhões, representando uma diminuição de R\$ 597,9 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.962,1 milhões em 31 de março de 2020. Dessa forma, a dívida líquida totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.702,1 milhões, havendo uma redução de R\$ 177,2 milhões em relação à 31 de março de 2020, refletindo principalmente, uma maior geração de caixa operacional, dado o crescimento do EBITDA Ajustado em R\$ 330,3 milhões. Considerando que em 31 de março de 2021 houve aumento de 19,1%, equivalente a R\$ 639,9 milhões, no patrimônio líquido da Companhia, dado o aumento de 29,1% das reservas de lucros, o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido totalizou 0,68 x.

Em 31 de março de 2020, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.841,4 milhões, representando um aumento de R\$ 350,2 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.491,2 milhões em 31 de março de 2019, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2020 era de R\$ 1.962,1 milhões representando uma diminuição de R\$ 127,1 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 2.809,2 milhões em 31 de março de 2019. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizava, em 31 de março de 2020, R\$ 2.879,3 milhões, representando, portanto, um aumento de R\$ 477,3 milhões em relação aos R\$ 2.401,9 milhões em 31 de março de 2019, refletindo, principalmente, a variação cambial ocorrida no período de R\$ 479,6 milhões, considerando a parcela da dívida em moeda estrangeira de R\$ 1.919,3 na dívida bruta. Considerando que em 31 de março de 2020 houve redução do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 44,3 milhões, decorrente, principalmente, do cancelamento de ações em tesouraria e do impacto da variação cambial do período, o índice de dívida líquida/ patrimônio líquido da Companhia totalizou 0,86 x.

Por fim, a diretoria da Companhia ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual *rating* como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de *mix* de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia, na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

	12M22	12M21	12M20
em R\$ mil			
Empréstimos e financiamentos - passivo circulante <sup>1</sup>	585.184	686.142	602.688
Empréstimos e financiamentos - passivo não circulante <sup>1</sup>	5.306.834	3.380.109	4.238.688
Dívida bruta	5.892.018	4.066.251	4.841.376
(-) Disponibilidades	(2.984.141)	(1.364.148)	(1.962.065)
Dívida Líquida	2.907.877	2.702.103	2.879.311
Patrimônio Líquido	5.318.425	3.986.589	3.346.676
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	0,55 x	0,68 x	0,86 x

<sup>1</sup> Consideramos aquisição de participação societária como complemento da posição de endividamento da Companhia

### **b) Estrutura de capital**

Acreditamos que a Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

	12M22	12M21	12M20
em R\$ mil			
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	12.040.717	8.431.267	8.766.850
Capital próprio (patrimônio líquido)	5.318.428	3.986.589	3.346.676
Capital total (terceiros + próprio)	17.359.145	12.417.856	12.113.526
Parcela de capital de terceiros	69%	68%	72%
Parcela de capital próprio	31%	32%	28%

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

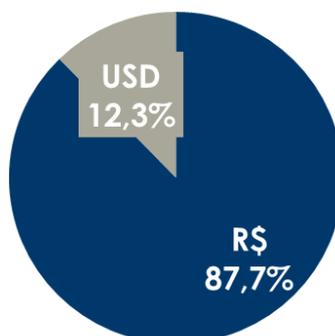
Em março/22 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes, ao encerramento do período em 31/03/2022.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>ENDIVIDAMENTO</b>	<b>mar/22</b>	<b>mar/21</b>	<b>mar/20</b>
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.687.193	1.917.343	1.922.913
BNDES/FINAME	903.297	339.321	423.457
Crédito Rural	-	-	278.536
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	710.342	286.649	261.837
PESA	-	-	8.349
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	190.395	1.163.182	1.445.015
International Finance Corporation (IFC)	800.127	344.468	474.334
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	3.669	15.288	26.934
Dívida Bruta Total	<b>5.892.018</b>	4.066.251	4.841.376
Disponibilidades	2.984.141	1.364.148	1.962.065
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.907.877</b>	<b>2.702.103</b>	<b>2.879.311</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Acumulado</b>	0,93 x	1,24 x	1,55 x

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento líquido da Companhia, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



Perfil inclui contratos de SWAP

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 4,8 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de dezembro de 2021), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo:**

**i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:**

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bruto da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020:

Modalidade	Encargos Anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	2022	2021	2020
<b>Em moeda nacional</b>					
Nota de Crédito a exportação	0%	CDI	-	-	131.780
Linhas do BNDES	2,16%	+TJLP	123.886	145.682	162.873
Linhas do BNDES	4,92%	PRÉ	177.352	117.845	160.039
Linhas do BNDES	3,57%	+IPCA	554.118	-	-
Crédito rural	8,00%	PRÉ	307.986	-	278.497
FINEP	4,00%	PRÉ	43.905	64.169	84.433
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,62%	CDI	1.160.354	1.442.018	1.474.171
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (ii)	4,88%	+IPCA	526.839	475.325	448.743
Debêntures (iv)	5,59%	+IPCA	1.596.996	-	-
International Finance Corporation (IFC)	1,47%	CDI	306.672	-	-
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	31	36	8.389
Leasing	5,98%	PRÉ	-	180	-
<b>Total em moeda nacional</b>			<b>4.798.139</b>	<b>2.245.255</b>	<b>2.748.925</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,60%	Sofr 6M	190.395	-	-
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0%	Var. cambial	-	-	1.050.150
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,72%	+Libor 6M	402.323	1.307.281	394.865
International Finance Corporation (IFC) (v)	1,52%	+Libor 6M	493.455	344.468	474.334
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iii)	2,27%	Var. cambial	-	142.513	130.057
FINEM	2,69%	+Cesta Moedas	4.037	11.446	16.111
<b>Total em moeda estrangeira</b>			<b>1.090.210</b>	<b>1.805.708</b>	<b>2.065.517</b>
<b>TOTAL (i)</b>			<b>5.888.349</b>	<b>4.050.963</b>	<b>4.814.442</b>
Circulante			581.515	674.504	591.024
Não Circulante			5.306.834	3.376.459	4.223.418

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.

(ii) 100% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 117,49% DI via contrato de SWAP.

(iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+ 1,40% a.a. via contrato de SWAP

(iv) 33% do montante de Debêntures está indexado a DI+ 1,10% a.a. e 67% está indexado a 108,15% DI, via contrato de SWAP

(v) 27% do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado a DI+1,15% a.a. e 35% está indexado a 4,99% taxa pré-fixada, via contrato de SWAP.

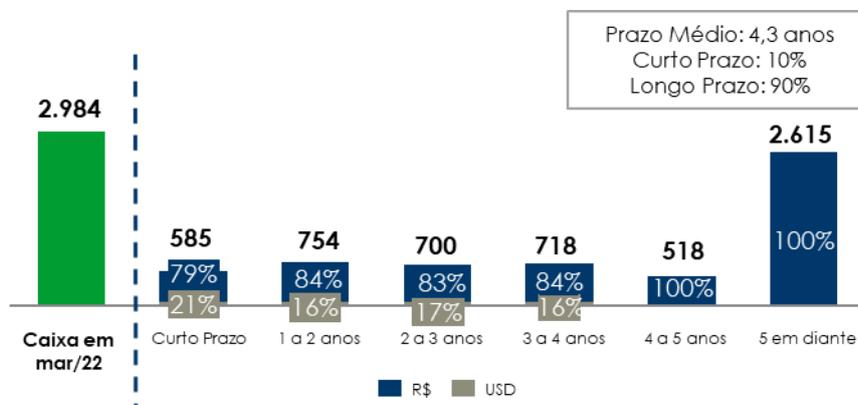
(vi) 100% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) atrelado a LIBOR+ está indexado a DI+1,14% a.a. via contrato de SWAP.

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de financiar as operações recorrentes da Companhia, além dos projetos previstos, a exemplo do que é citado no item 10.8, deste Formulário de Referência. Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos.

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

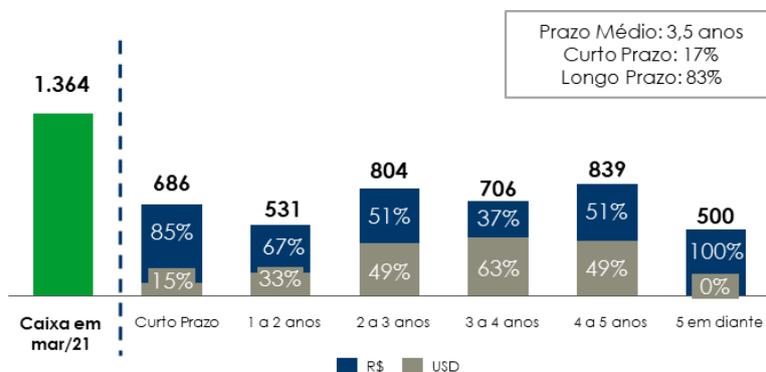
Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2022, segue detalhado a seguir:

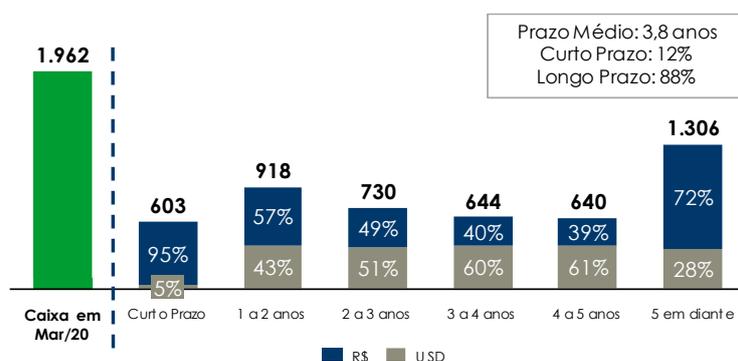


Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	754.445	754.445
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	700.453	700.453
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	718.146	718.146
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	518.335	518.335
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	220.647	220.647
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	360.016	360.016
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	195.515	195.515
A partir de 1º/04/2030	1.819.251	1.839.277
	<b>5.286.808</b>	<b>5.306.834</b>

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2021, segue detalhado a seguir:



O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2020, segue detalhado a seguir:



Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de Março de 2021
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	531.395
De 1º/04/2023 a 30/03/2024	803.943
De 1º/03/2024 a 31/03/2025	706.066
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	839.063
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	437.509
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.349
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	19.663
A partir de 1º/04/2029	17.471
	<u>3.376.459</u>

	31 de Março de 2020
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
Após 2028	36.453
	<u>4.223.418</u>

## ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

## iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas.

## iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na tabela abaixo destacamos os *covenants* financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2022	2021	2020	2019
Financiamento BNDES	Dívida líquida <sup>1</sup> / EBITDA <= 3,0	1,4 x	1,4 x	1,6 x	1,3 x
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira líquida <sup>2</sup> / EBITDA <= 4,0	0,7 x	0,7 x	1,0 x	1,3 x
Debêntures	Dívida financeira líquida ajustada <sup>3</sup> / EBITDA <= 4,0	0,6 x	0,7 x	0,9 x	1,3 x
	Índice de liquidez corrente >= 1,0x	2,6 x	1,7 x	2,0 x	2,6 x
	Dívida líquida <sup>4</sup> / EBITDA (para 4T) <= 4,0x	1,4 x	1,4 x	1,6 x	1,3 x
Empréstimo IFC	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos <= 200.000	3.669	15.288	26.934	38.605
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0 x	-3,0 x	24,1 x	-8,6 x	-2,2 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida >= 1,0 x	-119,8 x	24,1 x	-11,0 x	-2,3 x

EBITDA acumulado dos últimos 12 meses

A companhia possui *covenants* financeiros com 4 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, são diferentes. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exatões.

### 1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida<sup>1</sup>/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida<sup>1</sup>: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Líquida<sup>1</sup> era de R\$ 5.724,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 1,4 x.

### 2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida<sup>2</sup>/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida<sup>2</sup> da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debentures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Financeira Líquida<sup>2</sup> era de R\$ 2.795,2 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 0,7 x.

### 3. Debêntures celebrado em 2021, entre a São Martinho e o Itaú (3ª emissão), e entre São Martinho e XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada<sup>3</sup>/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada<sup>3</sup>: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Financeira Líquida Ajustada<sup>3</sup> era de R\$ 2.426,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 0,6 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022, o ativo circulante era R\$ 5.553,5 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.175,1 milhões, resultando em 2,6x.

b. Dívida Líquida<sup>4</sup>/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

Dívida Líquida<sup>4</sup> : Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Líquida<sup>4</sup> era de R\$ 5.798,4 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 1,4 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 os Pagamentos Diferidos de Ativos era de R\$ 3,7 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 3,7 milhões.

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

- (a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,
- (b) Dívida Bruta<sup>6</sup> de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022:

- EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 787,5 milhões;

- Dívida Bruta<sup>6</sup> de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso

de caixa (Caixa menos R\$ 614 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 266,3 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres.

•Resultando em -3,0 x.

e. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

- (a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,
- (b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022:

- EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 787,5 milhões,
- O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 266,3 milhões,
- Resultando em -119,8 x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em aberto em 31 de março de 2022:

- Financiamento BNDES: R\$ 859,4 milhões
- Financiamento Rabobank: R\$ 592,7 milhões
- Debêntures: R\$ 1.597,0 milhões
- Empréstimo IFC: R\$ 800,1 milhões

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos da companhia atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

#### **g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de março de 2022 a Companhia possuía R\$ 747 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2021 era de R\$ 942 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

#### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações financeiras encerradas em, 31 de março de 2022, 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

### **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

#### **Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2022 (12M22), 2021 (12M21) e 2020 (12M20):**

<b>SÃO MARTINHO S.A. - CONSOLIDADO</b>	<b>12M22</b>	<b>12M21</b>	<b>12M20</b>	<b>12M22 X 12M21</b>	<b>12M21 X 12M20</b>
Em milhares de Reais					
Receita bruta	6.086.693	4.642.887	4.065.225	31,1%	14,2%
Deduções da receita bruta	(366.740)	(337.804)	(371.365)	8,6%	-9,0%
<b>Receita líquida</b>	<b>5.719.953</b>	<b>4.305.083</b>	<b>3.693.860</b>	<b>32,9%</b>	<b>16,5%</b>
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(3.299.689)	(2.750.835)	(2.516.996)	20,0%	9,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.420.264</b>	<b>1.554.248</b>	<b>1.176.864</b>	<b>55,7%</b>	<b>32,1%</b>
Margem bruta (%)	42,3%	36,1%	31,9%	4,2 p.p.	5,9 p.p.
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(7.562)</b>	<b>(3.334)</b>	<b>8.969</b>	<b>126,8%</b>	<b>-137,2%</b>
Despesas com vendas	(160.167)	(173.154)	(138.197)	-7,5%	25,3%
Despesas gerais e administrativas	(293.576)	(257.158)	(216.869)	14,2%	18,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.358	5.776	625	27,4%	824,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	438.823	421.202	363.410	4,2%	15,9%
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.412.702</b>	<b>1.550.914</b>	<b>1.185.833</b>	<b>55,6%</b>	<b>30,8%</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras:</b>	<b>(473.461)</b>	<b>(342.112)</b>	<b>(452.159)</b>	<b>38,4%</b>	<b>-24,3%</b>
Receitas financeiras	155.135	63.279	117.003	145,2%	-45,9%
Despesas financeiras	(486.302)	(392.914)	(415.979)	23,8%	-5,5%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(84.657)	(14.867)	(35.891)	469,4%	-58,6%
Resultado de derivativos	(57.637)	2.390	(117.292)	-2511,6%	-102,0%
<b>Lucro operacional antes do IR e CS</b>	<b>1.939.241</b>	<b>1.208.802</b>	<b>733.674</b>	<b>60,4%</b>	<b>64,8%</b>
IR e contribuição social - parcela corrente	(229.327)	(167.151)	(124.725)	37,2%	34,0%
IR e contribuição social - parcela diferida	(229.046)	(114.527)	30.061	100,0%	-481,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.480.868</b>	<b>927.124</b>	<b>639.010</b>	<b>59,7%</b>	<b>45,1%</b>
Margem líquida (%)	25,9%	21,5%	17,3%	4,2 p.p.	8,0 p.p.

#### **Exercício social findo em 31 de março de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021**

**Receita Líquida Total:** A receita líquida total auferida no 12M22 foi de R\$ 5.719,9 milhões, representando, um aumento de 32,9%, em relação ao período 12M21, quando totalizou R\$ 4.305,1 milhões. O crescimento do indicador reflete, principalmente, maiores preços médios de comercialização do etanol (+69,1%) e do açúcar (+32,7%), além de receitas relacionadas à negócios imobiliários, e aos CBIOS comercializados ao longo da safra.

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pela (i) recuperação do preço internacional do petróleo no período comparativo, e (ii) aumento do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial.

Considerando o cenário acima exposto, compartilhamos um detalhamento em nossa receita líquida, por produto, conforme descrito abaixo:

**Receita líquida de Açúcar:** A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 2.346,7 milhões no 12M22, representando um aumento de 21,1% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho no período reflete melhores preços médios de comercialização, reflexo da combinação favorável entre preço em USD c/p e o câmbio no período.

**Receita líquida de Etanol:** A receita líquida das vendas de etanol totalizou R\$ 2.990,5 milhões no 12M22, representando um aumento de 47,2% em relação ao 12M21. A melhora no período decorre do aumento do preço médio de comercialização em 69,1% (12M22 versus 12M21), considerando a combinação do preço do petróleo e paridade cambial em relação ao mesmo período da safra passada. Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.127 mil CBIOS, com preço médio líquido de R\$ R\$ 32,9/CBIO.

**Receita líquida de Energia:** A receita líquida de comercialização de energia elétrica totalizou R\$ 229,9 milhões no 12M22, apresentando um aumento de 14,8% em relação ao 12M21, refletindo preço médio superior em 26,7% nos 12M22, dado o preço spot superior no período.

**Receita líquida de Levedura:** A receita líquida de comercialização de levedura totalizou R\$ 46,4 milhões no 12M22, apresentando um crescimento de 6,7% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho ao longo da safra 21/22 decorre, principalmente, do maior volume vendido, em linha com a maior da produção na planta da UBV.

**Receita líquida de Negócios Imobiliários:** No 12M22, a receita líquida totalizou R\$ 52,2 milhões, representando um crescimento de 141,8% em relação ao 12M21, dado a realização de receita relacionada aos nossos projetos e ativos imobiliários.

**CPV (Custo dos Produtos Vendidos):** No 12M22, o CPV totalizou R\$ 3.299,7 milhões, representando um aumento de 20,0% em relação ao 12M21, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+51,5%), um menor volume de produção, aumento dos preços do diesel - em linha com o petróleo - e mão de obra.

Para fins de esclarecimento, o Consecana consiste no modelo de precificação da cana de fornecedores, medido em R\$ por kilo de ATR, e tem como indexadores os preços do açúcar e etanol, ou seja, reflete as variações de mercado desses produtos no período. Em razão de fatores de mercado, tais como oferta e demanda desses produtos, valorização do preço do barril de petróleo, e somado a desvalorização do real frente ao dólar americano, houve grande apreciação dos preços do açúcar e etanol impactando consequentemente a composição do Consecana no período, resultando em uma forte variação do custo da cana de fornecedores.

**Despesas com Vendas:** As despesas com vendas totalizaram R\$ 160,2 milhões no 12M22, implicando em uma redução de 7,5% em relação ao 12M21. A redução nos períodos reflete principalmente o menor volume de açúcar e etanol comercializados no período.

**Despesas Gerais e Administrativas:** No 12M22, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 293,6 milhões, representando um aumento de 14,2% em relação ao mesmo período da safra anterior, refletindo principalmente, o efeito contábil (não caixa) da marcação a mercado do preço da ação da Companhia, no período, atrelada ao programa de opções virtuais.

**Resultado Financeiro:** Na safra 21/22, o aumento do resultado financeiro foi de 38,4%, somando R\$ 473,5 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da taxa de juros e variação cambial no período e o acréscimo da dívida líquida em função do maior desembolso de investimentos.

**Lucro Líquido:** No 12M22, o lucro caixa totalizou R\$ 1.480,9 milhões, um aumento de 59,7% em relação ao 12M21, alavancado, principalmente, pelo aumento EBITDA Ajustado no período.

### **Exercício social findo em 31 de março de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020**

**Receita Líquida Total:** no comparativo 12M21 x 12M20, a receita líquida apresentou um aumento de 16,5% refletindo, principalmente, (i) ao maior volume vendido de açúcar (+34%) a preços superiores (+17%) em relação do 12M20, (ii) a comercialização de CBIOs ocorrida na safra, e (iii) aumento do volume de vendas de levedura, e melhores preços.

Abaixo destacamos as principais variações detalhadas por produtos:

**Receita líquida de Açúcar:** no período acumulado (12M21), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.938,3 milhões, aumento de 56,1% em relação ao 12M20, refletindo (i) o maior volume comercializado de açúcar no período (+33,9%) – decorrente do mix de produção mais açucareiro ao longo da safra 20/21, e (ii) o preço do açúcar 16,6% superior comparado à safra passada.

O preço do açúcar apresentou forte recuperação ao longo da safra 20/21, impulsionado pela melhora dos fundamentos de mercado do produto, somado à desvalorização do Real, gerando uma melhora de margem significativa para o produtor brasileiro.

**Receita líquida de Etanol:** no período acumulado (12M21) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.032,2 milhões, 5,4% menor em comparação ao 12M20, devido, principalmente, ao menor volume de vendas realizado na safra, inferior em 8,1%, apesar do preço médio de comercialização ter sido cerca de 3,0% maior.

**Receita líquida de Energia:** a receita líquida com comercialização de energia apresentou redução de 8,3% em relação ao 12M20, totalizando R\$ 200,3 milhões, refletindo principalmente, o menor preço de comercialização ocorrido no período, além do menor volume de comercialização no acumulado da safra.

**Receita Líquida de Levedura:** para o período acumulado da safra (12M21), a receita líquida de levedura subiu 82,6% em relação ao 12M20, somando R\$ 43,4 milhões. O melhor desempenho, no 12M21 é resultado, principalmente, do maior preço de comercialização, impactado pela apreciação do dólar em relação ao Real, além do maior volume de vendas ocorrido nos 12M21.

**Receita Líquida de CBIOs:** A partir do 3T21 passamos a detalhar em uma linha específica a receita líquida relacionada à comercialização de CBIOs. No período acumulado da safra,

foram comercializados cerca de 832 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 32,7/CBIO (IR retido na fonte). A receita líquida com CBIOs totalizou R\$ 27,2 milhões no 12M21.

**CPV (Custo dos Produtos Vendidos):** para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.750,9 milhões, um aumento de 9,3% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+18,3%) e do maior volume de comercialização em ATR equivalente (+7,5%).

**Despesas com Vendas:** no acumulado da safra (12M21) as despesas ficaram 25,3% superiores quando comparado ao 12M20, somando R\$ 173,1 milhões. Esses aumentos estão relacionados aos fretes e custos portuários, e refletem, principalmente, o aumento ocorrido no valor do diesel, além do maior volume de exportação (i) de etanol no 4T21, e (ii) de açúcar no 12M21, em relação aos mesmos períodos da safra anterior.

**Despesas Gerais e Administrativas:** no acumulado da safra as despesas recorrentes somaram R\$ 257,2 milhões, superior em 18,6% quando comparado ao 12M20. O aumento das despesas reflete, principalmente, o efeito contábil – não caixa – da marcação a mercado do programa de opções virtuais, reflexo da valorização das ações no período.

**Resultado Financeiro:** o resultado financeiro líquido no 12M21 totalizou uma despesa de R\$ 342,1 milhões, apresentando uma redução de 24,3% no período. A melhora da performance financeira reflete a menor variação cambial de dívidas em moeda estrangeira, além da redução das despesas financeiras, reflexo da gestão do endividamento, com consequente redução do custo da dívida.

**Lucro Líquido:** no acumulado 12M21, o lucro líquido totalizou R\$ 927,1 milhões, 45,1% superior em comparação ao 12M20, como resultado dos fatores mencionados anteriormente, principalmente dado o crescimento da LAIR (lucro operacional antes de Imposto de Renda e Contribuição Social) no período, que totalizou R\$ 1.208,8 milhões, refletindo aumento de 64,8% no período comparativo.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
**Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021:**

<b>São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - ATIVO</b>					
Em milhares de R\$					
<b>ATIVO</b>	<b>mar/22</b>	<b>mar/21</b>	<b>mar/20</b>	<b>mar/22 x mar/21</b>	<b>mar/21 x mar/20</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	114.903	288.350	92.066	-60,2%	213,2%
Aplicações financeiras	2.857.864	1.062.154	1.831.504	169,1%	-42,0%
Contas a receber de clientes	225.707	215.659	165.829	4,7%	30,0%
Instrumentos financeiros derivativos	228.718	139.904	224.635	63,5%	-37,7%
Estoques e adiantamentos a fornecedor	764.576	446.313	366.177	71,3%	21,9%
Ativos biológicos	1.219.281	989.540	713.547	23,2%	38,7%
Tributos a recuperar	60.303	12.062	12.303	399,9%	-2,0%
Imposto de renda e contribuição social	65.232	42.250	71.257	54,4%	-40,7%
Outros ativos	16.958	9.376	8.832	80,9%	6,2%
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>5.553.542</b>	<b>3.205.608</b>	<b>3.486.150</b>	<b>73,2%</b>	<b>-8,0%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	11.374	13.644	38.494	-16,6%	-64,6%
Estoques e adiantamento a fornecedores	146.986	106.838	49.916	37,6%	114,0%
Instrumentos financeiros derivativos	169.679	48.639	28.977	248,9%	67,9%
Contas a receber de clientes	26.872	24.189	27.192	11,1%	-11,0%
Tributos a recuperar	177.844	96.241	81.046	84,8%	18,7%
Imposto de renda e contribuição social	8.617	-	-	n.m.	n.m.
Depósitos judiciais	749.361	485.029	271.060	54,5%	78,9%
Outros ativos	156.471	113.935	67.176	37,3%	69,6%
	<b>1.447.204</b>	<b>888.515</b>	<b>563.861</b>	<b>62,9%</b>	<b>57,6%</b>
<b>Investimentos</b>	45.565	39.951	33.868	14,1%	18,0%
<b>Imobilizado</b>	6.771.209	5.962.644	5.844.505	13,6%	2,0%
<b>Intangível</b>	457.313	451.742	465.689	1,2%	-3,0%
<b>Direito de Uso</b>	3.084.312	1.869.396	1.719.453	65,0%	8,7%
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11.805.603</b>	<b>9.212.248</b>	<b>8.627.376</b>	<b>28,2%</b>	<b>6,8%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>17.359.145</b>	<b>12.417.856</b>	<b>12.113.526</b>	<b>39,8%</b>	<b>2,5%</b>

<b>São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - PASSIVO</b>					
Em milhares de R\$					
	<u>mar/22</u>	<u>mar/21</u>	<u>mar/20</u>	<u>mar/22 x</u> <u>mar/21</u>	<u>mar/21</u> <u>x mar/20</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	581.515	674.504	591.024	-13,8%	14,1%
Arrendamentos a pagar	82.475	66.264	40.168	24,5%	65,0%
Parceria agrícola a pagar	500.376	285.308	203.835	75,4%	40,0%
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	218.685	406.473	12,1%	-46,2%
Fornecedores	415.082	221.707	174.524	87,2%	27,0%
Obrigações com a Copersucar	12.753	9.075	10.892	40,5%	-16,7%
Salários e contribuições sociais	191.786	171.883	150.249	11,6%	14,4%
Tributos a recolher	34.871	24.229	34.730	43,9%	-30,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.597	7.480	4.985	1,6%	50,1%
Dividendos a Pagar	5.971	102.552	54.694	-94,2%	87,5%
Adiantamento de clientes	27.269	17.436	34.710	56,4%	-49,8%
Aquisição de Participação Societárias	3.669	11.638	11.664	-68,5%	-0,2%
Outros passivos	66.546	30.812	18.527	116,0%	66,3%
<b>TOTAL</b>	<b>2.175.055</b>	<b>1.841.573</b>	<b>1.736.475</b>	<b>18,1%</b>	<b>6,1%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	5.306.834	3.376.459	4.223.418	57,2%	-20,1%
Arrendamentos a pagar	539.057	399.157	377.954	35,0%	5,6%
Parceria agrícola a pagar	1.884.943	1.161.905	1.053.956	62,2%	10,2%
Instrumentos financeiros derivativos	34.585	80.227	79.022	-56,9%	1,5%
Obrigações com a Copersucar	161.277	167.121	179.189	-3,5%	-6,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.111.225	834.822	746.226	33,1%	11,9%
Provisão para contingências	87.006	102.256	100.283	-14,9%	2,0%
Aquisição de participação societária	-	3.650	15.270	-100,0%	-76,1%
Tributos com exigibilidade suspensa	725.834	458.480	242.188	58,3%	89,3%
Outros passivos	14.904	5.617	12.869	165,3%	-56,4%
<b>TOTAL</b>	<b>9.865.665</b>	<b>6.589.694</b>	<b>7.030.375</b>	<b>49,7%</b>	<b>-6,3%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	2.681.571	2.071.819	1.696.652	29,4%	22,1%
Reserva de capital	-	-	9.418	n.m.	-100,0%
Ações em tesouraria	(139.997)	(139.997)	(131.361)	0,0%	6,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.100.474	551.050	607.022	99,7%	-9,2%
Reserva de lucros	1.676.377	1.503.717	1.164.945	11,5%	29,1%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.318.425</b>	<b>3.986.589</b>	<b>3.346.676</b>	<b>33,4%</b>	<b>19,1%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.359.145</b>	<b>12.417.856</b>	<b>12.113.526</b>	<b>39,8%</b>	<b>2,5%</b>

**Ativo Circulante:** Em 31 de março de 2022, o ativo circulante totalizou R\$ 5.553,5 milhões, em comparação com R\$ 3.205,6 milhões apresentados em março de 2021.

Este aumento de 73,2% decorreu principalmente:

- (i) do aumento da linha de aplicações financeiras que totalizou em 31 de março de 2022 R\$ 2.857,9 milhões, um aumento de 169,1% em comparação a R\$ 1.062,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Referida variação ocorreu, principalmente, em decorrência de novas captações de recursos no período,
- (ii) do aumento de 71,3% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 764,6 milhões, em comparação a R\$ 446,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, a decisão e estratégia da Companhia quanto ao momento de comercialização de seus produtos ao longo safra;

(iii) ativos biológicos, em 31 de março de 2022, R\$ 1.219,3 milhões em comparação a R\$ 989,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 23,2%. Referida variação decorreu, principalmente, devido à variação do Consecana no período conforme demonstrado nas notas explicativas (item 7) das demonstrações financeiras referentes à safra 21/22;

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 114,9 milhões em comparação a R\$ 288,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 60,2%. Referida variação decorreu da estratégia de redução de exposição cambial;
- (ii) a linha instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 228,7 milhões, em comparação a R\$ 139,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 63,5%. A variação está relacionada, principalmente, aos contratos de NDF, contabilizados em hedge accounting;
- (iii) do aumento da linha de tributos a recuperar, que totalizou R\$ 60,3 milhões, em 31 de março de 2022, um aumento de 399,9% em relação ao montante auferido em 31 de março de 2021, que somava R\$ 12,1 milhões, refletindo, principalmente, o maior montante de PIS/COFINS no período, relacionado aos entendimentos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

**Ativo Não Circulante:** Em 31 de março de 2022, o ativo realizável a longo prazo totalizou R\$ 1.447,2 milhões, em comparação com R\$ 888,5 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 62,9% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 54,5% da linha de depósitos judiciais, que totalizavam em 31 de março de 2022, aproximadamente, R\$ 749,4 milhões refletindo o valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (ii) do aumento de 248,9% da linha de instrumentos financeiros derivativos atrelado a operações de derivativos no trimestre que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 169,7 milhões, em comparação a R\$ 48,6 milhões em 31 de março de 2020, devido a contratação de operações de SWAPs de dívida;
- (iii) do aumento de 84,8% da linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 177,8 milhões em comparação a R\$ 96,2 milhões em 31 de março de 2021. A principal variação está relacionada a contabilização dos créditos relacionados à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS;
- (iv) do aumento de 37,6% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 147,0 milhões, em comparação a R\$ 106,8 milhões em 31 de março de 2021, devido, principalmente ao posicionamento e decisão estratégica comercial da Companhia, no momento de vendas de seus produtos ao longo da safra;

A Companhia ressalta, ainda, que a linha de contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 26,9 milhões, em comparação a R\$ 24,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 11,1%. Referida variação é inerente à suas operações no período, quando ocorrem montantes relevantes de faturamento, refletindo o prazo médio de recebimento dos nossos produtos.

**Demais Itens do Ativo Não Circulante:** Em 31 de março de 2022, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas de investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 10.358,4 milhões, em comparação com R\$ 8.323,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 24,4%.

Esta variação decorreu, principalmente

- (i) do aumento de 65,0% da linha de direito de uso, que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 3.084,3 milhões em comparação a R\$ 1.869,4 milhões em 31 de março de 2021, em decorrência de aumento do preço do Consecana;
- (ii) do aumento de 13,6% da linha de imobilizado, que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 6.771,2 milhões, em comparação a R\$ 5.962,6 milhões auferidos em 31 de março de 2021, a qual resultou, principalmente, as adições de investimentos relacionados à lavoura de cana de açúcar, e das obras em andamento;

A Companhia informa que a linha de investimentos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 45,6 milhões, em comparação a R\$ 40,0 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 14,1%. Referida variação decorreu, principalmente, da variação positiva da equivalência patrimonial do investimento que a Companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A, dado o aumento do patrimônio líquido no período.

Com relação à linha intangível constante do ativo não circulante, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

**Passivo Circulante:** Em 31 de março de 2022, o passivo circulante totalizou R\$ 2.175,1 milhões, em comparação com R\$ 1.841,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 18,1% se deve, principalmente:

- (i) ao aumento de 87,2% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 415,1 milhões em comparação a R\$ 221,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo principalmente o montante relacionado à materiais e serviços, refletindo as variações naturais da operação e de projetos;
- (ii) ao aumento de 75,4% na linha de parceria agrícola a pagar, a qual totalizou, R\$ 500,4 milhões em 31 de março de 2022, em comparação com R\$ 285,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, o aumento do Consecana no período;
- (iii) ao aumento de 12,1% na linha de instrumentos financeiros derivativos, a qual totalizou R\$ 245,1,2 milhões em 31 de março de 2022, em comparação com R\$ 218,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, as variações dos contratos de operações de Swap cambial de compromissos de curto prazo;
- (iv) ao aumento de 11,6% na linha de salários e contribuições sociais, a qual totalizou R\$ 191,8 mil em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 171,9 milhões auferidos em 31 de março de 2021, reflexo de variações salariais e de benefícios da categoria, além de outras variações inerentes à sua operação no período;
- (v) arrendamentos a pagar totalizou em 31 de março de 2022, R\$ 82,5 milhões, em comparação a R\$ 66,2 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 24,5%, justificado principalmente pelo aumento do consecana no período.
- (vi) ao aumento de 43,9% na linha de tributos a recolher, a qual totalizou R\$ 34,9 milhões em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 24,2 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, os compromissos tributários de curto prazo inerentes à sua operação; e
- (vii) ao aumento de 56,4% na linha de adiantamento de clientes, a qual totalizou R\$ 27,3 milhões em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 17,4 milhões em 31 de março de 2021, decorrente de novos acordos comerciais firmados durante a safra 2021/2022;

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) empréstimos e financiamentos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 581,5 milhões, em comparação a R\$ 674,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 13,8%. Referida variação decorreu do pagamento de obrigações de curto prazo da Companhia em momento de caixa oportuno;
- (ii) dividendos a pagar totalizou, em 31 de março de 2022 R\$ 6,0 milhões, em comparação a R\$ 102,6 milhões em 31 de março de 2021, representando uma redução de 94,2%, a variação ocorreu pela antecipação de dividendos conforme aviso aos acionistas divulgado em 08 de novembro de 2021.

Com relação às linhas obrigações com a Copersucar, aquisição de participações societárias e imposto de renda e contribuição social a pagar constantes dos demais itens do passivo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

**Passivo Não Circulante:** Em 31 de março de 2022, o passivo exigível a longo prazo totalizou R\$ 9.865,7 milhões, em comparação com R\$ 6.589,7 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 49,7% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 57,2% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 5.306,8 milhões em comparação com R\$ 3.376,4 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em virtude das novas captações de recursos realizadas;
- (ii) parcerias agrícolas a pagar totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.885,0 milhões, em comparação a R\$ 1.161,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 62,2%, em decorrência de aumento do preço Consecana no período;
- (iii) do aumento de 33,1% na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.111,2 milhões em comparação a R\$ 834,8 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado a apuração do lucro fiscal no período e da contabilização do imposto diferido sobre a variação cambial das dívidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.
- (iv) do aumento de 58,3% da linha de tributos com exigibilidade suspensa, que totalizavam em 31 de março de 2022, aproximadamente, R\$ 725,8 milhões refletindo a contrapartida dos depósitos judiciais do valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (v) do aumento de 35,0% da linha de arrendamentos a pagar, que totalizou em 31 de março de 2022, R\$ 539,1 milhões, em comparação a R\$ 399,2 milhões em 31 de março de 2021, refletindo também o aumento do consecana no período;

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 34,6 milhões, em comparação a R\$ 80,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 56,9%. Referida variação decorreu da mudança da classificação de longo prazo para curto prazo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, conforme cronograma de cada contrato, principalmente de operações de SWAPs de dívida.

Com relação às linhas, obrigações com a Copersucar, provisão para contingências, aquisição de participações societárias, e outros passivos constantes dos demais itens do passivo não circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

**Patrimônio Líquido:** Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 5.318,4 milhões, em comparação com R\$ 3.986,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 33,4% decorreu, principalmente:

- (i) do reconhecimento do lucro líquido do período encerrado em 31.03.2022, que somou R\$ 1.480,9 milhões, reflexo principalmente, do crescimento do EBITDA Ajustado na safra;
- (ii) do aumento de 99,7% da linha de ajustes de avaliação patrimonial que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.100,5 milhões em comparação aos R\$ 551,0 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência, principalmente, das variações dos derivativos designados para Hedge Accounting e o reconhecimento de R\$ 157,7 milhões de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terras.

#### **Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020:**

**Ativo Circulante:** Em 31 de março de 2021, o ativo circulante totalizou R\$ 3.205,6 milhões, em comparação a R\$ 3.486,1 milhões em 31 de março de 2020.

Esta redução de 8,0% decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 42,0% na linha de aplicações financeiras que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.062,2 milhões em comparação a R\$ 1.831,5 milhões em 31 de março de 2020, em virtude do aumento da liquidação de financiamentos bancários no período analisado;
- (ii) da redução de 37,7% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 139,9 milhões em comparação a R\$ 224,6 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora da pandemia e conseqüente redução da volatilidade do mercado, que trouxe menos variação na marcação a mercado dos nossos derivativos comparativamente a 31 de março de 2020;
- (iii) da redução de 40,7% na linha de imposto de renda e contribuição social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 42,2 milhões, em comparação a R\$ 71,2 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da utilização dos créditos de imposto de renda e contribuição para compensação de IR/CS devidos durante o exercício fiscal de 2021.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 288,3 milhões em comparação a R\$ 92,1 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 213,2%. Referida variação decorreu em virtude da melhor performance da Companhia no período comparativo;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 215,6 milhões em comparação a R\$ 165,8 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 30,0%. Referida variação decorreu em virtude do maior volume de açúcar comercializado no período que possui prazo médio de pagamento maior que demais produtos;
- (iii) estoques e adiantamentos a fornecedor totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 446,3 milhões em comparação a R\$ 366,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 21,9%. Referida variação decorreu do maior volume de produtos acabados mantidos em estoque em 31 de março de 2021 em linha com a decisão da Companhia na definição estratégica do momento de venda dos produtos ao longo da safra; e
- (iv) ativos biológicos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 989,5 milhões em comparação a R\$ 713,5 mil, representando, portanto, um aumento de 38,7%. Referida variação decorreu (i) do aumento do Consecana no período; (ii) transferência do imobilizado; e (iii) atualização do valor justo do canavial refletindo as melhores perspectivas de

preços do Consecana.

Com relação às linhas tributos a recuperar e outros ativos constantes dos demais itens do ativo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

**Ativo Não Circulante:** Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante totalizou R\$ 888,5 milhões, em comparação com R\$ 563,9 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 57,6%.

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 114,0% na linha de estoques e adiantamentos a fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 106,8 milhões em comparação a R\$ 49,9 mil, refletindo principalmente um maior volume de adiantamento para fornecedores de cana de açúcar;
- (ii) do aumento de 67,9% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 48,6 milhões em comparação a R\$ 28,9 milhões, em decorrência da marcação a mercado dos saldos dos contratos de derivativos da Companhia;
- (iii) do aumento de 18,7% na linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 96,2 milhões em comparação a R\$ 81,0 milhões, em decorrência do maior acúmulo de créditos tributários no período, em linha com o maior estoque de produtos acabados que deixaram de ser faturados até 31 de março de 2021;
- (iv) do aumento de 78,9% na linha de depósitos judiciais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 485,0 milhões, em comparação a R\$ 271,1 milhões em 31 de março de 2020, devido aos tributos relacionados aos créditos da Copersucar. A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos. Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. No referido processo, foi expedido, em junho de 2017, o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia). Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão). Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2021 o saldo a receber da Copersucar a esse título era de R\$ 103,7 milhões, registrados em Outros ativos de longo prazo. A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa" e;
- (v) do aumento de 69,6% na linha de outros ativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 113,9 milhões, em relação aos R\$ 67,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência do reconhecimento do ativo Pis/Cofins retido pela Copersucar no processo dos precatórios do IAA mencionados acima no item (iv) acima.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) aplicações financeiras totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 13,6 milhões em comparação a R\$ 38,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 64,6%. Referida variação decorreu devido à maior liquidação de financiamentos bancários no período;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 27,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 11,0%. A Companhia entende que a referida variação é imaterial e inerente às suas operações.

Com relação à linha valores a receber da Copersucar, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

**Demais Itens do Ativo Não Circulante:** Em 31 de março de 2021, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 8.323,2 milhões, em comparação a R\$ 8.063,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 3,2%.

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 18,0% na linha de investimentos, que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 39,9 milhões, em comparação a R\$ 33,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da equivalência patrimonial que a companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.; e;
- (ii) do aumento de 8,7% na linha direito de uso registrado em 2021 que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.869,4 milhões em comparação a R\$ 1.719,4 milhões auferidos em 31 de março de 2020, devido às variações do preço do Consecana. Importante mencionar adicionalmente, que a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia passou a adotar o IFRS 16 – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. Dessa forma, o direito de uso do ativo passou a ser reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios:
  - a. Passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e
  - b. Ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente.

Anualmente, esta nova norma, exige que seja feita a remensuração do valor do Passivo de Arrendamento Mercantil, que é precificado pelo modelo de consecana, já explicado anteriormente. No momento da remensuração do passivo, o Ativo de Direito de Uso também é remensurado, para que tanto o valor do Ativo quanto do Passivo, fiquem valorados a mercado no fechamento de cada ano Safra.

Com relação às linhas imobilizado e intangível, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

**Passivo Circulante:** Em 31 de março de 2021, o passivo circulante totalizou R\$ 1.841,6 milhões, em comparação a R\$ 1.736,5 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 6,1%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 14,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 674,5 milhões em comparação a R\$ 591,0 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da mudança da classificação contábil de longo para curto prazo de alguns contratos de financiamento, conforme seus respectivos cronogramas de amortização;

- (ii) do aumento de 65,0% na linha de arrendamentos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 66,3 milhões em comparação a R\$ 40,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da variação do preço do Consecana no período;
- (iii) do aumento de 40,0% na linha de parceria agrícola a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 285,3 milhões em comparação a R\$ 203,8 milhões auferidos em 31 de março de 2020. Esta variação é decorrente da variação principalmente do preço do Consecana, conforme explicado anteriormente.
- (iv) do aumento de 27,0% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 221,7 milhões em comparação a R\$ 174,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência (i) da variação do preço do Consecana no caso da rubrica de fornecedores de cana a pagar; e (ii) do aumento inflacionário na rubrica de fornecedores de materiais e serviços;
- (v) do aumento de 14,4% na linha de salários e contribuições sociais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 171,9 milhões em comparação a R\$ 150,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variações salariais e de benefícios da categoria;
- (vi) do aumento de 50,1% na linha de imposto de renda e contribuição social a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 7,5 milhões em comparação a R\$ 4,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variação do IR/CS a pagar em função da melhor performance da operação;
- (vii) do aumento de 87,5% na linha de dividendos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 102,6 milhões em comparação a R\$ 54,7 milhões em 31 de março de 2020, refletindo o maior montante de dividendos distribuídos em relação ao período anterior; e
- (viii) do aumento de 66,3% na linha outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 30,8 milhões em comparação a 18,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de saldos a pagar de fretes e carretos, seguros, cooperativa de crédito, dentre outros.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 218,7 milhões em comparação a R\$ 406,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 46,2%. Referida variação decorreu da estabilização da volatilidade de mercado em relação a março de 2020 que impactou positivamente a marcação a mercado dos derivativos da Companhia;
- (ii) obrigações com a Copersucar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 9,1 milhões em comparação a R\$ 10,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 16,7%. Referida variação decorreu das liquidações de compromissos com a Copersucar no período de 2021;
- (iii) tributos a recolher totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 30,2%. Referida variação reflete o maior nível de estoque em 31 de março de 2021, que reduziu o nível de faturamento e conseqüentemente, de tributos a recolher; e
- (iv) adiantamento de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 17,4 milhões em comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 49,8%. Referida variação decorreu em linha com o comentado no item (iii).

Com relação à linha aquisição de participação societária, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

**Passivo Não Circulante:** Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante totalizou R\$ 6.589,7 milhões, em comparação a R\$ 7.030,4 milhões em 31 de março de 2020, resultando em uma redução de 6,3%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 20,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3.376,5 milhões em comparação a R\$ 4.223,4 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora dos preços principalmente do açúcar no

mercador internacional, que trouxe uma forte geração de caixa líquida para a Companhia no período, propiciando uma maior liquidação de sua dívida, impactando de forma positiva sua alavancagem.

- (ii) da redução de 6,7% na linha de obrigações com a Copersucar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 167,2 milhões em comparação a R\$ 179,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência das liquidações com a cooperativa no período de 2021;
- (iii) da redução de 76,1% na linha de aquisição de participação societária que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3,6 milhões em comparação a R\$ 15,3 milhões auferidos em 31 de março de 2020, decorrente da liquidação de uma parcela do saldo a pagar para a LOP (Luis Ometto Participações S.A.) referente à aquisição da Usina Santa Cruz;
- (iv) da redução de 56,4% na linha de outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 5,7 milhões em comparação a R\$ 12,8 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de liquidações e/ou transferências de títulos a pagar de longo prazo no período.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) arrendamentos a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 399,1 milhões em comparação a R\$ 377,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 5,6%. Referida variação decorreu em função do aumento do preço do Consecana;
- (ii) parceria agrícola a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.161,9 milhões em comparação a R\$ 1.053,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 10,2%. Referida variação decorreu também em função do aumento do preço do Consecana;
- (iii) imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 834,8 milhões em comparação a R\$ 746,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 11,9%. Referida variação decorreu, principalmente, em função do reconhecimento do IR/CS diferidos das operações de dívida em moeda estrangeira designadas para hedge accounting; e
- (iv) tributos com exigibilidade totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 458,5 milhões em comparação a R\$ 242,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 89,3%. Referida variação decorreu da medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos do processo do IAA, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica "Tributos com exigibilidade suspensa".

Com relação às linhas arrendamentos a pagar, instrumentos financeiros derivativos, tributos a recolher e provisão para contingências, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

**Patrimônio Líquido:** Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.986,6 milhões, em comparação com R\$ 3.346,7 milhões em 31 de março de 2020.

Este aumento de 19,1% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 22,1% da linha do capital social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.071,9 milhões em comparação a R\$ 1.696,7 milhões auferidos em 31 de março de 2020, em decorrência da integralização de capital de reservas de incentivos fiscais e orçamento de capital conforme aprovado na AGOE realizada em 30 de julho de 2020; e
- (ii) do aumento de 29,1% da linha reserva de lucros que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.503,7 milhões em comparação a R\$ 1.164,9 milhões auferidos em 31 de março de 2020, em decorrência, principalmente, da constituição de reservas de orçamento de capital no período.

A Companhia ressalta, ainda, que a linha ajustes de avaliação patrimonial totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 551,0 milhões, em comparação a R\$ 607,0 mil, em 31 de março de 2020,

representando, portanto, uma redução de 9,2%. Referida variação ocorreu principalmente dada as movimentações de resultados com derivativos.

Com relação a linha de ações em tesouraria constante do patrimônio líquido, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

## 10.2 – Resultado das Operações

### a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição de nossa receita líquida é como se segue:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M22	12M21	12M20	12M22 x 12M21	12M21 x 12M20
Milhares de Reais					
<b>Mercado Doméstico</b>	<b>3.165.822</b>	<b>2.145.422</b>	<b>2.228.211</b>	<b>47,6%</b>	<b>-3,7%</b>
Açúcar	177.585	154.352	134.393	15,1%	14,9%
Etanol	2.565.379	1.639.412	1.781.389	56,5%	-8,0%
Energia Elétrica	229.954	200.276	218.444	14,8%	-8,3%
Levedura	41.810	43.442	23.791	-3,8%	82,6%
Negócios Imobiliários	52.152	21.572	20.107	141,8%	7,3%
CBIOs	37.049	27.179	-	36,3%	n.m.
Outros	61.893	59.189	50.087	4,6%	18,2%
<b>Mercado Externo</b>	<b>2.598.848</b>	<b>2.176.752</b>	<b>1.473.336</b>	<b>19,4%</b>	<b>47,7%</b>
Açúcar	2.169.137	1.783.993	1.107.684	21,6%	61,1%
Etanol	425.156	392.759	365.652	8,2%	7,4%
Levedura	4.555	-	-		n.m.
<b>Receita Líquida Total*</b>	<b>5.764.670</b>	<b>4.322.174</b>	<b>3.701.547</b>	<b>33,4%</b>	<b>16,8%</b>
Açúcar	2.346.722	1.938.345	1.242.077	21,1%	56,1%
Etanol	2.990.535	2.032.171	2.147.041	47,2%	-5,4%
Energia Elétrica	229.954	200.276	218.444	14,8%	-8,3%
Levedura	46.365	43.442	23.791	6,7%	82,6%
Negócios Imobiliários	52.152	21.572	20.107	141,8%	7,3%
CBIOs	37.049	27.179	-	36,3%	n.m.
Outros	61.893	59.189	50.087	4,6%	18,2%

\*Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

Considerando a composição de nossa receita líquida, informamos que há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos três exercícios sociais, nossos negócios relacionados aos CBIOs (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destacamos, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entendemos que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da

gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

### **Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol**

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

### **Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil**

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

### **Demanda por Combustíveis**

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

### **Flutuações da moeda**

Conforme citamos anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o

dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

### **Sazonalidade**

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, temos uma ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam à Companhia a comercializar seus produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar seus resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entendemos que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

### **Inflação**

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

#### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em linha com os comentários realizados no item 10.2 (a) acima, os Diretores da Companhia entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, e 2020 são explicadas, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

Para maiores informações acerca das variações da receita nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, vide item 10.1h. deste.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Conforme disposto ao longo dos itens 10.1 e 10.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte de nossas vendas de etanol, sendo portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas a moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 10.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

**10.3 - Eventos Relevantes e Impactos na Demonstrações Financeiras e Resultados da Companhia**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**Incorporação da Usina Boa Vista S.A.**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justificou-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica, permitiu a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciou a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

**Aquisição e incorporação da Pulisic Participações Ltda**

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984 mil.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia.

Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

#### **Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação desproporcional das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial líquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

#### **Cisão parcial da São Martinho Terra Agrícolas S.A.**

Em 8 de novembro de 2021, a Companhia e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R\$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

### **10.4 - Os diretores devem comentar:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

#### **IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos**

Aspectos gerais

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os

riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e parceria rural para a maioria dos contratos.

A São Martinho S.A. possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas, que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que entrou em vigor para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. A administração decidiu adotar a abordagem simplificada de efeito cumulativo, que permite que informações comparativas de períodos anteriores não sejam rerepresentadas.

## **b)Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

### **IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos**

A São Martinho S.A. optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi rerepresentada.

A adoção inicial dessa nova norma resultou no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.587.561 mil no balanço patrimonial em 1º de abril de 2019.

## **c)Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

**10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

### **Perda (impairment)**

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

### **Valor justo dos ativos biológicos**

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados, detalhados nas notas explicativas.

### **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

### **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martinho utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

### **Provisão para contingências**

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### **Benefícios fiscais de ICMS**

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

### **Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar**

A Companhia possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS-16/CPC 06 (02), os quais são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em

um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

**10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras dados 3 últimos exercícios sociais encerrados e das últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, especificamente os seguintes itens:**

**a) investimentos**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

<b>(Manutenção)</b>	<b>12M22</b>	<b>12M21</b>	<b>Var%.</b>
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	469.308	358.822	30,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	409.983	342.215	19,8%
Tratos Culturais	731.317	559.969	30,6%
<b>Total</b>	<b>1.610.608</b>	<b>1.261.006</b>	<b>27,7%</b>
<b>(Melhoria Operacional)</b>			
Equipamentos/Reposições	150.699	98.130	53,6%
Ambiental/Legal (ESG)	33.870	21.920	54,5%
<b>Total</b>	<b>184.569</b>	<b>120.050</b>	<b>53,7%</b>
<b>(Modernização/Expansão)</b>			
R\$ milhares			
Etanol de milho	325.995	24.799	1214,5%
UTE (A-6/2019)	170.265	3.407	4897,6%
Demais Projetos	149.535	98.960	51,1%
<b>Total</b>	<b>645.795</b>	<b>127.167</b>	<b>407,8%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.440.971</b>	<b>1.508.223</b>	<b>61,8%</b>

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 1.610,6 milhões na safra 21/22, representando aumento de 27,7% em relação à safra 20/21. O aumento do capex no período decorre, principalmente (i) do maior período de manutenção de entressafra e (ii) do aumento de preço de parte dos insumos, notavelmente, diesel (no 4T22) e fertilizantes (4T22 e 12M22).

O capex de melhoria operacional totalizou R\$ 184,6 milhões, aumento de 53,7% refletindo, principalmente, os investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais incluindo reposições de frota, e (ii) adequações no âmbito ambiental/legal.

O capex de expansão resultou em R\$ 645,8 milhões na safra 21/22, associados aos investimentos destinados (i) ao projeto de etanol de milho, (ii) UTE (A-6/2019), e (iii) demais projetos menores com TIR superior a 20%.

### Guidance de Capex – Safra 2022/2023

R\$ MM	Guidance 22/23	21/22	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.793	1.611	11,3%
Melhoria Operacional	234	185	26,7%
Modernização/Expansão	570	646	-11,7%
<b>Capex Total</b>	<b>2.597</b>	<b>2.441</b>	<b>6,4%</b>

Quanto à nossa expectativa de guidance de capex para a safra 22/23, estimamos um aumento de aproximadamente 11,3% no capex de manutenção, somando cerca de R\$ 1,8 bilhão, refletindo principalmente, os efeitos de variação de preços em insumos utilizados em nossas operações de plantio (renovação) e tratos culturais, assim como diesel no período.

Quanto ao capex relacionado à melhoria operacional, estimamos um total de R\$ 234 milhões, cerca de 26,7% superior ao mesmo período da safra passada, refletindo principalmente (i) investimentos relacionados ao fechamento de circuito de água da Usina São Martinho - que visa a redução da captação do uso de água no processo industrial - com parte da água residual sendo reutilizada para irrigação, favorecendo a fertilidade e desenvolvimento de parte dos canaviais, (ii) reposições de equipamentos agrícolas e industriais, além de (iii) outros projetos de montantes menores com TIR entre 20%-25%.

Em relação ao guidance de modernização/expansão para a 22/23, estimamos um montante de aproximadamente R\$ 570 milhões, destinados principalmente para (i) a planta de etanol de milho, em Goiás (~R\$ 400 milhões) e (ii) a UTE relacionada ao leilão A-6, em 2019 (~R\$ 150 milhões).

Dessa forma, o capex total investido pela Companhia está estimado em aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, representando um aumento de 6,4% no período.

*Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.*

#### **i) fontes de financiamento dos investimentos**

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

**ii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Vide item 10.3 letra b.

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

**ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

**Anexo II**  
**Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício**  
(Anexo A da Resolução CVM 81)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2022 foi de R\$ 1.480.868.357,16 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos). Este lucro, subtraindo o valor destinado à Reserva Legal de R\$ 74.043.417,86 (setenta e quatro milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos) e o valor destinado à Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 147.953.685,60 (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) constitui lucro base de R\$ 1.258.871.253,70 (um bilhão, duzentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), para fins de cálculo de distribuição de dividendos.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

A proposta do montante global a ser distribuído como dividendos do exercício é de R\$ 620.175.817,41 (seiscentos e vinte milhões, cento e setenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), equivalentes a R\$ 1,79047477225 por ação, sendo:

Descrição	Valor por ação líquido	Valor total líquido
Dividendos mínimos obrigatórios	R\$ 0,90860412403	R\$ 314.717.813,43
Dividendos complementares	R\$ 0,88187064822	R\$ 305.458.003,98
<b>Total a ser distribuído</b>	<b>R\$ 1,79047477225</b>	<b>R\$ 620.175.817,41</b>

Em 8.11.2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento, realizado em 30.11.2021 dos seguintes valores:

- ✓R\$ 116.147.076,24 - juros sobre capital próprio (líquido) = R\$ 0,33532170078/ação
- ✓R\$ 372.564.149,90 – antecipação de dividendos – R\$ 1,07560903330/ação

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

O valor de R\$ 620.175.817,41 (seiscentos e vinte milhões, cento e setenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) corresponde a 42% (quarenta e dois por cento) do percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Em dezembro de 2019 foi aprovada a política de dividendos que estabelece como diretriz a distribuição anual por meio de dividendos e/ou juros sob capital próprio equivalente a, no mínimo, 40% do lucro caixa ou 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados, constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Descrição	Valor por ação líquido	Valor total líquido
Reserva de Lucros a realizar	R\$ 0,01723913782	R\$ 5.971.207,50
<b>Total a ser distribuído</b>	<b>R\$ 0,01723913782</b>	<b>R\$ 5.971.207,50</b>

O valor de dividendos com base em lucro de exercício anterior somado aos dividendos do exercício, totalizam R\$ 626.147.024,91 (seiscentos e vinte e seis milhões, cento e quarenta e sete mil, vinte e quatro reais e noventa e um centavos), equivalente a R\$ 1,80771391007 por ação (42% do lucro caixa).

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Descrição	Valor por ação	Valor total
Saldo dividendos a pagar	R\$ 0,39678317599	R\$ 137.435.798,77
<b>Total dividendos a distribuir</b>	<b>R\$ 0,39678317599</b>	<b>R\$ 137.435.798,77</b>

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Caso aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada em 29.7.2022, o pagamento dos dividendos propostos ocorrerá no dia 16.8.2022.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

Terão direito aos dividendos os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 29.7.2022. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendo" a partir de 1º.8.2022.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Vide tabela abaixo.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos:**

Descrição	Deliberação	Pagamento	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto (R\$)
Dividendos antecipados	255ª RCA - 08/11/2021	30/11/2021	1,07560903330	R\$ 372.564.149,90
Juros sobre o capital próprio	255ª RCA - 08/11/2021	30/11/2021	0,38975064920	R\$ 134.999.906,84
<b>Total distribuído no exercício encerrado em 31/03/2022</b>				<b>R\$ 507.564.056,74</b>

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Eventos	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2022
Lucro Líquido do Exercício (R\$)	314.045.009,29	639.009.763,40	927.124.284,91	1.480.868.357,16
Qtd de Ações – Ações em Tesouraria (ON)	350.802.666	346.744.266	346.375.066	346.375.066
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$)	0,89521842257	1,84288487528	2,67664845399	4,27533186572

**b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:**

**Exercício Social encerrado em 31.3.2019**

Descrição	Por ação bruto	Tipo de ação	Valor total líquido
Dividendos	R\$ 0,31356660214	ON	R\$ 110.000.000,00
<b>Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2019</b>	<b>R\$ 0,31356660214</b>	<b>ON</b>	<b>R\$ 110.000.000,00</b>

**Exercício Social encerrado em 31.3.2020**

Descrição	Por ação bruto	Tipo de ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 0,49325370295	ON	R\$ 171.032.893,18
<b>Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2020</b>	<b>R\$ 0,49325370295</b>	<b>ON</b>	<b>R\$ 171.032.893,18</b>

\*Do total distribuído R\$ 103.407.893,18 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

**Exercício Social encerrado em 31.3.2021**

Descrição	Por ação bruto	Tipo de ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 1,16445604641	ON	R\$ 403.338.539,93
<b>Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2021</b>	<b>R\$ 1,16445604641</b>	<b>ON</b>	<b>R\$ 403.339.539,93</b>

\*Do total distribuído R\$ 103.339.478,45 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

**Exercício Social encerrado em 31.3.2022**

Descrição	Por ação bruto	Tipo de ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 1,80771391007	ON	R\$ 626.147.024,91
<b>Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2022</b>	<b>R\$ 1,80771391007</b>	<b>ON</b>	<b>R\$ 626.147.024,91</b>

\*Do total distribuído R\$ 116.147.076,24 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado a reserva legal**

A proposta para destinação de Reserva Legal é de R\$ 74.043.417,86 (setenta e quatro milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos).

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido do Exercício

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação aos dividendos obrigatórios:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social**

Conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido apurado no exercício.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social estão sendo pagos integralmente, acrescido de dividendos complementares e reserva de lucros a realizar.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção dos dividendos obrigatórios devido à situação financeira da companhia:**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente à situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado a reserva**

Não aplicável.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

Não aplicável.

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável.

**b. Identificar o montante destinado a reserva**

Não aplicável.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros para reserva de orçamento de capital:**

**a. Identificar o montante da retenção**

A Administração propõe a retenção de R\$ 632.380.217,07 (seiscentos e trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil, duzentos e dezessete reais e sete centavos) para Investimentos planejados relacionados, principalmente, a Projetos de Investimentos Capex de Melhoria Operacional e/ou Capital de Giro.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Vide Anexo III.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:****a. Informar o montante destinado a reserva**

O valor de R\$ 147.953.685,60 (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) está sendo destinado para a Reserva de Incentivos Fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Trata-se constituição de Reserva de Incentivos Fiscais – reflexo da filial Unidade Boa Vista, localizada em Quirinópolis/GO, decorrente de subvenção governamental do governo do estado de Goiás – “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – Produzir” relacionada à implantação do parque industrial da Usina Boa Vista S.A., a qual foi incorporada pela Companhia em 2.4.2018.

**Anexo III**  
**Proposta de Orçamento de Capital**  
(Anexo A da Resolução CVM 81)

Conforme artigo 196 da Lei 6404/76, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 29.7.2022, o Orçamento de Capital para o exercício de 2022/2023, no valor de R\$ 632.380.217,07 (seiscentos e trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil, duzentos e dezessete reais e sete centavos).

**Aplicações:**

Investimentos planejados relacionados, principalmente, a Projetos de Investimentos Capex de Melhoria Operacional e/ou Capital de Giro.

**Anexo IV**  
**Aumento do Capital Social**  
(Anexo C da Resolução CVM 81/2022)

**1. Informar valor do aumento e do novo capital social**

O valor do aumento do capital social será de R\$ 479.812.601,27 (quatrocentos e setenta e nove milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e um reais e vinte e sete centavos) passando o capital de R\$ 2.681.570.983,27 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), para R\$ 3.161.383.584,54 (três bilhões, cento e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas.

**2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; (d) subscrição de novas ações.**

O aumento de capital será realizado mediante capitalização da Reserva de Orçamento de Capital no valor de R\$ 397.880.098,15 (trezentos e noventa e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, noventa e oito reais e quinze centavos) e da Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 81.932.503,12 (oitenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, quinhentos e três reais e doze centavos).

**3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.**

Aumento de capital com a reserva de incentivos fiscais: resultado dos investimentos realizados pela Companhia, com os recursos obtidos por meio do programa de incentivo fiscal do Estado de Goiás, após o cumprimento de diversas obrigações fixadas no programa.

Aumento de capital com a reserva de orçamento de capital: investimentos planejados e realizados relacionados principalmente com Capex de Melhoria Operacional.

Não existem implicações jurídicas, pois os aumentos de capital propostos não alteram o patrimônio líquido da Companhia.

**4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.**

O Conselho Fiscal em sua reunião realizada no dia 20.6.2022 emitiu Parecer favorável à proposta da administração para o aumento de capital com a utilização da Reserva de Orçamento de Capital e da Reserva de Incentivos Fiscais, conforme Anexo IX da Proposta da Administração.

**5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações.**

Não aplicável.

**6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:**

**a. informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas:**

As ações não têm valor nominal. O aumento proposto não implicará na distribuição de novas ações entre os acionistas.

**b. informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal:**

A capitalização da Reserva de Orçamento de Capital e da Reserva de Incentivos Fiscais será realizada sem modificação do número de ações de emissão da Companhia.

**c. em caso de distribuição de novas ações:**

Não aplicável.

**d. informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976:**

Não aplicável.

**e. informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível:**

Não aplicável.

**7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição**

Não aplicável.

**8. O disposto nos itens 1 a 7 deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:**

Não aplicável.

**Anexo V**
**Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administração**  
 (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80/2022)

**Eleição dos membros do Conselho de Administração**

Eleição dos membros do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31 de março de 2024 (AGO 2024):

**➤ Proposta da acionista controladora LJN Participações S.A.:**

CHAPA ÚNICA	RE (ELEIÇÃO)
<b>MAURICIO KRUG OMETTO</b> Presidente	Eleição (Presidente)
<b>GUILHERME FONTES RIBEIRO</b> Vice-Presidente	Eleição (Vice)
<b>JOÃO CARLOS COSTA BREGA</b> Conselheiro Independente	Reeleição
<b>MARCELO CAMPOS OMETTO</b> Conselheiro	Reeleição
<b>MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS</b> Conselheiro Independente	Reeleição
<b>NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO</b> Conselheiro	Reeleição
<b>OLGA STANKEVICIUS COLPO</b> Conselheira	Reeleição

*\* A Administração informa que para determinar a independência dos Conselheiros Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos e João Carlos Costa Brega, utiliza os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado, não se verificando nenhuma das situações previstas no §2º do artigo 16, do referido Regulamento.*

**➤ Proposta acionistas minoritários**

TRIGONO CAPITAL LTDA CNPJ 28.925.400/0001-27, gestora dos fundos TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.425/0001-86; TRIGONO DELPHOS INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.410/0001-18; TRIGONO 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CNPJ nº 33.600.869/0001-26; TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 42.190.558/0001-27; TRIGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FIFE CNPJ nº 35.610.398/0001-62; TRIGONO POWER & YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 40.265.107/0001-86, representando 1,59% do capital social, indicaram o candidato MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS, para eventual eleição em separado, conforme artigo 141, §4º da Lei das S.A.

**12.5 e 12.6.** Em relação a cada um dos administradores indicar:

<b>Nome</b>	<b>MAURICIO KRUG OMETTO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	04.12.1970
<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas
<b>CPF</b>	127.718.108-08
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Vice-Presidente
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Presidente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	4
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduado em Administração de Empresas pela EAESP – Fundação Getúlio Vargas (1993), especialização em Administração Estratégica, Administração de Qualidade Total e Administração de Recursos Humanos do programa Certificate of Special Studies in Administration and Management da Harvard Extension School – Harvard University (1994). Em 2017 participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral. Iniciou na Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool em 1995 sendo eleito Diretor em 1996, cargo ocupado até 2014. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (agosto/2014 a maio/2017). Membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A. desde 29 de julho de 2016.

Diretor da Agro Pecuária Boa Vista S.A., Cia Agrícola Debelma, Debelma Participações S.A., Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A, Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A., Diretor Presidente da Imobiliária Paramirim S.A. e Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar).

<b>Nome</b>	<b>GUILHERME FONTES RIBEIRO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	19.06.1978
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	270.321.468-56
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Vice-Presidente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	Membro de Comitês (não estatutário)
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	4
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduado em Administração de Empresas pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado (2000), especializou-se em Finanças pela FIA, São Paulo, SP (2003),

Gestão de Ativos pelo New York Institute of Finance, New York, NY (2009), Estratégia e Inovação pela Wharton School, Pensilvania (2007) e Educação Executiva em Estratégia pela GE Management Institute, Crotonville, New York, NY (2015). Participou de Curso de Formação de Conselheiros de Administração pelo IBGC, São Paulo, SP (2010) entidade da qual é membro, e do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros da Fundação Dom Cabral, Nova Lima, MG (2017). Atuou doze anos no mercado financeiro, iniciando sua trajetória na área de crédito do BankBoston Banco Múltiplo (1998/2004), e posteriormente atuou como Portfolio Manager - no BankBoston Asset Management (2004/2006) e Itaú Asset Management (2006/2008). Foi Membro do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2016/2017), joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste.

Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (agosto/2014 a maio/2017). Em 2019 atuou como membro do conselho consultivo da BP - Beneficência Portuguesa de São Paulo. É coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas da São Martinho S.A. e também membro dos Comitês de Auditoria, Financeiro e Inovações Tecnológicas.

Diretor Presidente da San Giovanni Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Agropecuária Vale do Corumbataí S.A., Diretor Vice Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A., Diretor Vice-Presidente da Imobiliária Paramirim S.A., Diretor da João Ometto Participações S.A., do Instituto João e Belinha Ometto S.A., Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar) e Membro do COSAG (Conselho Superior do Agronegócio – FIESP).

<b>Nome</b>	<b>JOÃO CARLOS COSTA BREGA</b>
<b>Data de Nascimento</b>	05.05.1963
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	048.506.488-00
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Presidente e Conselheiro Independente
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Independente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	Membro de Comitês (não estatutário)
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	3
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	94,7%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( <input type="checkbox"/> ) Criminal ( <input type="checkbox"/> ) Processos Administrativos CVM ( <input type="checkbox"/> ) Condenação transitada em julgado ( <input checked="" type="checkbox"/> ) N/A

Experiência profissional: Presidente da Whirlpool S.A. e Vice-presidente da Whirlpool Corporation. Trabalha na Whirlpool há mais de 25 anos e já foi o presidente da Whirlpool no Canadá e no México. Também atuou como diretor de Finanças, Tecnologia da Informação, Planejamento Estratégico e Relações com o Mercado para a América Latina. Foi o principal líder da área financeira nos Estados Unidos e responsável pelas operações da Whirlpool Latin America na Argentina e no Chile. Brega é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e, desde 2016, é membro consultivo da AACD.

<b>Nome</b>	<b>MARCELOS CAMPOS OMETTO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	30.05.1961
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	027.992.798-30
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	Membro de Comitês (não estatutário)
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	8
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988), realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. – Açúcar e Álcool, atuando como Gerente Executivo (1984/1997). Na Usina São Martinho S.A. ocupou os cargos de Gerente Executivo (1997/1998) e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A. foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., tendo sido Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar (2001/2004), e membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (2011/2014). Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi Membro do Conselho de Administração da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – SP, foi Presidente do Conselho Deliberativo – SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. (jul/2018 a jul/2020). Atualmente, é membro do Conselho de Administração, dos Comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas e coordenador dos Comitês de Inovações Tecnológicas e Financeiro da São Martinho S.A.

Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A.; Diretor da GMO Empreendimentos e Participações Ltda.; Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA; Membro do Comitê de Governança – UNICA; membro do Conselho Deliberativo – SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e membro da Diretoria da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

<b>Nome</b>	<b>MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS</b>
<b>Data de Nascimento</b>	06.07.1947
<b>Profissão</b>	Engº Químico
<b>CPF</b>	269.050.007-87
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Presidente e Conselheiro Independente
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Independente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Indicado pelo Controlador em Chapa Única e pelo acionista minoritário para Eleição em Separado
<b>Membro Independente</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	8
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose, coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI (1971/1977). Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria - Vice Presidência e Diretoria (1977/1989), e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia (1990/1993).

Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale – Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás – Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – Codesa e Rio Doce Geologia S.A. – Dcegeo e Portocel – Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente (1989/1990). Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. (1993/2001) e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Ocupou a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia (2010/2017), foi Conselheiro da CCR em 2016 e Presidente deste Conselho em 2017. Foi também, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Suzano Holding S.A. (2019/2021).

Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., e Membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. (desde 2008), Membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro e de Auditoria da Vale S.A (desde dez/2019), Presidente do Conselho de Infraestrutura/COINFRA, da FIESP e membro do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

<b>Nome</b>	<b>NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	10.08.1964
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	052.193.198-33
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	Membro de Comitês (não estatutário)
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	6
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Iracema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. (1994/1999). Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. no período de (agosto/2014 a maio/2017). É membro do Comitê de Inovações Tecnológicas e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A.

Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda., Diretor na Agropecuária Caieira do Norte S.A., Diretor Superintendente da Imobiliária Paramirim S.A., Diretor da NOP Agropecuária Ltda. e Diretor da LJM Participações S.A.

<b>Nome</b>	<b>OLGA STANKEVICIUS COLPO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	26.5.1952
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	216.118.408-30
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheira
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheira
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	Membro de Comitês (não estatutário)
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Membro Independente</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleita</b>	2
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Possui MBA Executivo Internacional pela FIA-USP e cursos de especialização em negócios junto a Harvard University, Michigan University; INSEAD e Singularity University. Desenvolveu sua carreira como Sócia em Consultoria na PwC, onde atuou por 38 anos (até 2009). Como consultora, atuou como agente de mudança e de transformação organizacional. Nos últimos dez anos na PwC liderou a prática de consultoria

na América do Sul e Central, na linha de negócios Organization, People & Change Management and Family Business. Foi CEO na Participações Morro Vermelho S.A. por 7 anos (2009/2016) e membro do Conselho de Administração da Copel S.A. – Companhia Paranaense de Energia S.A (2017 a março/2021). Apoiou conselhos e empresas a implantar modelos robustos de governança empresarial e familiar e novos sistemas de gestão.

Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Banco BMG S.A. (desde 2017); Solvi Participações S.A. (desde 2018), Regimar Comercial S.A. (desde 2018) e São Martinho S.A. (desde 2020). No terceiro setor como atividade pro-bônus: Membro do Conselho Fiscal e Comitê Executivo da Childhood Foundation - Brasil (desde 2012). Conselheira Certificada pelo IBGC e membro das Comissões de Inovação e da Banca Examinadora de Certificação de Conselheiros e de Membros do Comitê de Auditoria (2018).

**12.7. e 12.8. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

As informações relativas a estes itens não são apresentadas neste ato, considerando que os membros dos Comitês não Estatutários não são eleitos em Assembleia Geral. A composição dos Comitês é definida na primeira reunião do Conselho de Administração, após sua eleição pela Assembleia Geral de 29.7.2022.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores:**

**a) administradores do emissor**

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco entre si de segundo e terceiro grau, exceto Murilo César Lemos dos Santos Passos, João Carlos Costa Brega e Olga Stankevicius Colpo.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Não aplicável.

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

ADMINISTRADOR	CARGO	CONTROLADOR
<b>MAURICIO KRUG OMETTO</b>	Diretor Vice-Presidente e Diretor	Luiz Ometto Participações S.A. e Debelma Participações S.A.
<b>GUILHERME FONTES RIBEIRO</b>	Diretor e Diretor Presidente	João Ometto Participações S.A. e San Giovanni Participações S/A
<b>MARCELO CAMPOS OMETTO</b>	Diretor Vice-Presidente e Diretor Presidente	Luiz Ometto Participações S.A. e Dimas Ometto Participações S.A.
<b>NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO</b>	Diretor	Nelson Ometto Participações Ltda. e LNJ Participações S.A.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.

**Anexo VI**
**Informações sobre os candidatos ao Conselho Fiscal Permanente (Efetivos/Suplentes)**

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80/2022)

**Eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes)**

Eleição dos membros do Conselho Fiscal permanente para um mandato de 2 (dois) anos até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31 de março de 2024 (AGO 2024):

 ➤ **Proposta acionista controladora LJN Participações S.A.**

EFETIVO	SUPLENTE
ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO	CARLOS ALBERTO ERCOLIN
MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES	ROGIENE BATISTA DOS SANTOS
MAURICIO CURVELO DE ALMEIDA PRADO	CAMILA CAÇADOR XAVIER

 ➤ **Proposta acionistas minoritários**

TRIGONO CAPITAL LTDA CNPJ 28.925.400/0001-27, gestora dos fundos TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.425/0001-86; TRIGONO DELPHOS INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES CNPJ nº 29.088.410/0001-18; TRIGONO 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CNPJ nº 33.600.869/0001-26; TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 42.190.558/0001-27; TRIGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FIFE CNPJ nº 35.610.398/0001-62; TRIGONO POWER & YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CNPJ nº 40.265.107/0001-86, representando 1,59% do capital social, indicaram os candidatos: MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ como Conselheira Efetiva e MASSAO FABIO OYA, como Conselheiro Suplente para eleição em separado, conforme artigo 161, §4º da Lei das S.A.

**12.5 e 12.6.** Em relação a cada um dos candidatos indicar:

<b>Nome</b>	<b>ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	21.10.1964
<b>Profissão</b>	Contadora
<b>CPF</b>	451.956.766-15
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheira Suplente
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheira Efetiva
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleita</b>	4
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	0
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Ciências Contábeis (1986) e Administração de Empresas (1987); "Master Business Administration" (MBA) Empresarial pela Fundação Dom Cabral (2008); Conselheira Fiscal e de Administração certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Certificada em Auditoria Interna - CIA (2019) pelo IIA Global e Gerenciamento de Riscos - CRMA (2013) pelo IIA Global e pelo The IRM - Inglaterra (2010). Certificada em "Business English" pela Universidade de Cambridge. Membro do

Comitê Estatutário de Auditoria (CAE) da FUNCEF (Fundo de Pensão dos Economiários da CEF) - desde março/2022; Conselheira de Administração do IIA Brasil desde 2017, atuando como Presidente do Conselho de Administração mandato 2021/2022 e Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão dos Riscos (2017/2020). Conselheira Fiscal Independente: CEG - Companhia Distribuidora de Gás do RJ (suplente) - desde abril/2022; Lojas Renner S.A (suplente) - desde 2019; São Martinho S.A. desde 2017 (suplente); Nova Fronteira Bioenergia S/A - "joint venture" da São Martinho S.A com Petrobrás BioEnergia S.A - Titular e Suplente (2011/2017). Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev - Entidade fechada de Previdência Complementar (1999/2012). Gerente Executiva de Auditoria Interna, Gerenciamento de Riscos e Investigação de Fraudes (Regional: Américas); Gerente de conformidade com a SOX & Controles Internos e Contabilidade na Aperam S.A. desde 1992. Diretora Financeira e de Relações com Investidores: Metaltrust S.A. (2009/2012) e sócia proprietária da APN Consultoria (2005/2009). Instrutora do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa nos cursos para Conselheiros de Administração e para Membros de Comitês de Auditoria - desde 2020; Palestrante em Seminários e Congressos; Publicações: Prefácio do Livro " Transformando as Três Linhas de riscos e controles em geração de valor" lançado em 02/06/2022; de artigos na revista nacional do IIA Brasil sobre Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e participação do grupo de trabalho para elaborar o Guia IBGC Orienta: "Orientações sobre Comitê de Auditoria - Melhores Práticas no Assessoramento ao Conselho de Administração", emitido em parceria entre IBGC e IIA Brasil.

Presidente do Conselho de Administração do IIA Brasil – mandato 21/22; CEG - Companhia Distribuidora de Gás do RJ (suplente) desde 04/2022; Conselheira Fiscal independente (suplente) das Lojas Renner S.A - desde 2019; Conselheira Fiscal (suplente) da São Martinho S.A desde 2017 e Gerente Executiva de Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos (Regional Américas) da Aperam S.A.

<b>Nome</b>	<b>CARLOS ALBERTO ERCOLIN</b>
<b>Data de Nascimento</b>	6.5.1960
<b>Profissão</b>	Adm. de Empresas
<b>CPF</b>	011.681.358-00
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro Efetivo
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Suplente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	4
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Administração (1984) pela Universidade Metodista de São Paulo. Experiente executivo por mais de 25 anos (Nestlé, Grupo ICI, Fleury e Renault) onde galgou diversas posições (Auditor Interno, Gerente de Orçamentos e Diretor Financeiro). Há mais de 20 anos atua como consultor nas áreas financeira e de governança corporativa. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) no treinamento nas áreas financeira, contábil e governança corporativa (Suíça, Escócia, Colômbia, México, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Argentina, Trinidad & Tobago, Jamaica e Barbados). Sócio-diretor de consultoria própria, especializada em treinamento e assessoria em finanças e governança corporativa. Participou de Conselho de Administração de empresa familiar não listada e Conselhos Fiscais em Sociedades Anônimas de Capital Fechado. Mestre em administração pela FEA-USP; atualmente cursa o Doutorado em Administração (créditos já

concluídos) na UNAM-Argentina. Possui MBA em finanças pela FEA-USP e participou de treinamentos no IMD, Suíça. Foi Senior Consultant do Banco Mundial/IFC/GCGF atuando em missão em Moçambique (2010). É professor universitário desde 1986; atualmente ministra diversas disciplinas no programa de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management), além da Universidade Positivo, dentre outras. Coordenador da Formação de Conselheiros da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Autor de capítulos de livros de finanças e governança corporativa (Ed. Saint Paul e Editora Gente). Co-autor do livro de Governança Corporativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management). Membro associado do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde 2003 onde também atua como palestrante em cursos abertos e in company). Foi membro da ANEFAC (Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade) e fundador da ANEFAC-PR. Foi membro do Conselho Fiscal da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2011/2017), joint venture entre a São Martinho S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. É membro do Conselho Fiscal da São Martinho S.A. e Conselheiro Consultivo do PMI-PR (Project Management Institute). Membro da Comissão de Contabilidade e Finanças do IBGC. É fundador e Presidente Executivo da Associação de Conselheiros do Brasil – ACBrasil.

<b>Nome</b>	<b>MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES</b>
<b>Data de Nascimento</b>	25.05.1981
<b>Profissão</b>	Professor/Consultor
<b>CPF</b>	218.397.368-44
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Efetivo
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	1º
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	n/a
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Ciências Contábeis (FEA-RP/2003) pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado em Engenharia de Produção (EESC/2007), Doutorado em Ciência na área de Economia, Organizações e Gestão do Conhecimento (EESC/2011), Pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology na área de Contabilidade Financeira (MIT – Sloan School of Management/2018). Professor Doutor da Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) no Departamento de Contabilidade nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA-RP/USP e Coordenador do MBA Contabilidade em IFRS e do MBA Gestão de Tesouraria Corporativa na FEA-RP/USP. Experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente com docência e pesquisa em Contabilidade Financeira, Finanças Corporativas e Data Analytics. Diretor de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), membro da American Accounting Association (AAA) e Coordenador Regional para o Brasil da International Accounting Section (IAS | AAA), membro do Grupo de Pesquisa em Informações Contábeis da FEA-RP | USP (InCont USP) e membro do Comitê Gestão do Programa Contador Parceiro do CFC e SEBRAE. Autor de diversos livros e capítulos de livros, destacando-se Contabilidade Financeira - Interpretação e Aplicação (Ed. Atlas | Gen, 2021).

<b>Nome</b>	<b>ROGIENE BATISTA DOS SANTOS</b>
<b>Data de Nascimento</b>	22.10.1985
<b>Profissão</b>	Professora
<b>CPF</b>	019.267.465-03
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheira Suplente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleita</b>	1 °
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	n/a
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Administração de Empresas (2008) pelo Instituto Baiano de Ensino Superior, cursou especialização em Gestão Estratégica de Negócios (2011) na Faculdade Adventista da Bahia, realizou Doutorado Sanduíche (2018/2019) na MIT Sloan School Of Management (EUA), Mestrado (2016) e Doutorado (2020) em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente está cursando Pós-Doutorado na linha de finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Experiência como Professora convidada na Universidade Estácio de Sá (2016/2018) em MBA em Gestão Financeira e Faculdade Anhanguera (2018/2020) em MBA em Gestão de Pessoas, pesquisadora (2020/2021) na LEPES/USP. Recebeu o prêmio em 2020 por melhor artigo na categoria Contabilidade Tributária no XX USP International Conference in Accounting. Atualmente é professora orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso em BMA em Finanças e Controladoria desde 2021 e professora de graduação dos cursos de Administração de Empresas e Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Vice-Presidente do Comitê de Ética da Rede de Líderes da Fundação Lemann e mentora de carreira voluntária na ONG Gerando Falcões desde 2021 e membro do Conselho Fiscal da Endowments do Brasil – Gestora de Fundos Patrimoniais, desde 2022.

<b>Nome</b>	<b>MAURICIO CURVELO DE ALMEIDA PRADO</b>
<b>Data de Nascimento</b>	25.5.1967
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>CPF</b>	127.822.448-33
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro Efetivo
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Efetivo
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	8
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	100%
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Direito (1991) pela Universidade de São Paulo (USP). Há mais de 30 anos representa empresas em operações complexas de fusões e aquisições, estruturação de projetos e contratos internacionais. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) na área de arbitragem, representando empresas e

como árbitro, em litígios societários, contratuais e de construção. Sócio de MAP Negociação e Arbitragem. Por 17 anos participou do Conselho de Administração de seguradora do Grupo BNP-Paribas no Brasil (Cardif), além de diversos Conselhos Fiscais. Doutor em Direito Internacional pela Université de Paris X – Nanterre, em 2001, onde também obteve o Master em Comércio Internacional (1996). É Mestre em Direito do Comércio Internacional (1995) pela Universidade de São Paulo. Foi Professor da Fundação Getúlio Vargas (2002/2013). Autor dos livros “Le hardship dans le droit du commerce international, Emile Bruylant/FEC-Feduci, 2003”, “Contrato internacional de transferência de tecnologia – Patente e Know-How, Livraria dos Advogados, 1997”, além de ter organizado obras coletivas e publicado diversos artigos jurídicos na área de contratos internacionais e arbitragem. Pesquisador Convidado na Columbia Law School (2017) e na Université de Paris II (2010).

Atualmente é membro do Conselho da ICC Commission on Arbitration (ADRs), e da ICC Commission on Commercial Law and Practice da Câmara de Comércio Internacional (CCI-Paris). É também membro da Société de Législation Comparée (Paris) e do Working Group International Contracts, além de integrar a lista de árbitros de diversas câmaras arbitrais brasileiras. Membro do Conselho Fiscal da São Martinho S/A desde 2013. Membro do Conselho de Administração da LPS Brasil – Consultoria Imobiliária S/A e membro do Conselho do ICC Institute of World Business Law.

<b>Nome</b>	<b>CAMILA CAÇADOR XAVIER</b>
<b>Data de Nascimento</b>	08.01.1990
<b>Profissão</b>	Advogada
<b>CPF</b>	389.597.758-60
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheira Suplente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleita</b>	1º
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	n/a
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	(    ) Criminal    (    ) Processos Administrativos CVM (    ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Bacharel em Direito (2012) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Experiência na área tributária, atuando como advogada na área Fiscal no escritório Uría Menéndez (2011/2013), como advogada do Contencioso Administrativo Tributário Federal (Equipe CARF) no Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados (2013/2017) e atualmente na área tributária (Consultoria e Contencioso) do L. O. Baptista Advogados desde 2017. Realizou cursos de especialização do IBDT em Atualização em Direito Tributário I (2010), Direito Tributário (2013) e Direito Tributário Internacional (2016).

<b>Nome</b>	<b>MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ</b>
<b>Data de Nascimento</b>	18.5.1970
<b>Profissão</b>	Economista
<b>CPF</b>	136.012.018-10
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheira Efetiva
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	1º
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	n/a
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Graduada em Ciência Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado.

Presentemente é Conselheira Fiscal Titular: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A. e Minupar Participações S.A., suplente nas seguintes empresas: Whirlpool S.A., Bicicletas Monark S.A., Petteinati Indústria Têxtil S.A., Tronox Pigmentos do Brasil S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Rossi Residencial S.A. e Centro de Diagnósticos S.A.

Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A. e Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A., Eucatex S.A., São Martinho S.A., Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp e Whirlpool S.A.

No período de 2013 a 2019, trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa e prestando serviços de assessoramento empresarial na área de Governança Corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de renome no mercado.

<b>Nome</b>	<b>MASSAO FÁBIO OYA</b>
<b>Data de Nascimento</b>	7.11.1981
<b>Profissão</b>	Contador
<b>CPF</b>	297.396.878-06
<b>Cargo eletivo proposto</b>	Conselheiro Suplente
<b>Data prevista da Eleição</b>	29.7.2022
<b>Data prevista da Posse</b>	29.7.2022
<b>Prazo Mandato</b>	Até A.G.O 2024
<b>Outros Cargos/funções no Emissor atualmente</b>	n/a
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Nº mandatos consecutivos, se eleito</b>	1º
<b>Percentual participação nas reuniões (%)</b>	n/a
<b>Condenação últimos 5 anos</b>	( ) Criminal ( ) Processos Administrativos CVM ( ) Condenação transitada em julgado ( X ) N/A

Experiência profissional: Contador, especializado em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais e Administração de Companhias Abertas.

Presentemente é Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: Centro de Imagem Diagnósticos S.A. (desde abr/21); Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/17), Rossi Residencial S.A. (desde abr/17), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), Whirlpool S.A. (desde abr/21 e de abr/18 a jul/20) e Bicicletas Monark S.A. (desde abr/15), sendo também Conselheiro Fiscal Suplente: Schulz S.A. (desde abr/17), Tupy S.A. (desde mai/20), Mahle Metal Leve S.A. (desde mai/20) e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp (desde abr/21). Atualmente, também é Conselheiro de Administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/18) e Minupar Participações S.A. (desde jun/21).

Anteriormente foi Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzel S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (out/14 a out/18), WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (out/11 a abr/20), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (jun/19 a jul/20 e de abr/15 a abr/16), São Martinho S.A. ( jul/17 a jul/20) e Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (abr/17 a fev/21).

No período de 2009 a 2019, trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda (Associado de 2009 a 2013 e Sócio de 2013 a 2019), prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa.

**12.7. / 12.8 / 12.9 / 12.10.**

**Não aplicável**

## **Anexo VII**

### **Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal**

*(Item 13 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80/2022)*

#### **13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:**

##### **13.1. Descrição da Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.**

A remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria no período encerrado em 31.03.2022 foi de R\$ 42.764.255,11 (quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos), dos quais 49,2% corresponderam à remuneração fixa, 46,2% aos incentivos de curto prazo e 4,6% aos benefícios.

##### **a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.saomartinho.com.br/ri](http://www.saomartinho.com.br/ri)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), reflete as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa.

##### **b. composição da remuneração, indicando:**

##### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

##### **Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (12 parcelas) e o benefício do seguro de vida. A remuneração é estabelecida de acordo com padrões de mercado e seu nível de dedicação, conforme sua função no Conselho, participação em Comitês e a outras funções de interesse institucional da Companhia.

##### **Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elegeu e prevê pagamentos fixos, mensais e iguais para os seus membros.

##### **Diretoria**

A remuneração dos membros da Diretoria é composta pela remuneração fixa, incentivos de curto e de longo prazos e benefícios.

Remuneração Fixa: baseada nas atribuições e responsabilidades de cada cargo, avaliado por metodologia de comparação de fatores global e posicionada na mediana do mercado de referência.

Incentivo de Curto Prazo: remunera o executivo no curto prazo, de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano em questão e assegura a busca contínua da melhoria da performance. O placar de metas de cada diretor é composto por: i) metas coletivas, atreladas a indicadores de geração de valor da

Companhia, ii) metas da unidade de negócios, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas e práticas de sustentabilidade (ambientais, sociais e governança) - orçamento, produção, segurança, entre outros, e iii) metas individuais, atreladas ao cumprimento do plano de desenvolvimento de cada diretor. O pagamento do bônus é anual, e tem como gatilho o atingimento de um patamar mínimo em relação à meta coletiva da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração.

Incentivo de Longo Prazo: abrange estratégias de remuneração atreladas ao valor das ações da Companhia no mercado, através de opções de ações virtuais e outras estratégias de retenção. Visa direcionar os esforços da gestão na criação de valor a médio e longo prazos, alinhando o foco dos executivos à visão dos acionistas, incentivando a sua retenção. O Incentivo de Longo Prazo é concedido a critério exclusivo do Conselho de Administração, que segue parâmetros de análise realizada por empresa contratada, conforme Regulamento do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

Os benefícios recebidos pela Diretoria são seguro saúde, previdência privada, seguro de vida, odontológico, entre outros.

Mecanismos extraordinários de atração, retenção e/ou incentivos por entregas relevantes e outras iniciativas que tragam valor diferenciado para a Companhia devem ser aprovados pelo Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas, ficando limitado ao montante de Remuneração Global dos Administradores aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária pelos acionistas.

## **ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

### **Conselho de Administração:**

<b>Período</b>	<b>% Remuneração Fixa</b>	<b>% Benefícios</b>
2019/20	99,5	0,5
2020/21	99,5	0,5
2021/22	99,5	0,5

### **Conselho de Fiscal:**

<b>Período</b>	<b>% Remuneração Fixa</b>	<b>% Benefícios</b>
2019/20	100	0
2020/21	100	0
2021/22	100	0

**Diretoria:**

Período	% Remuneração Fixa	% Remuneração Variável	% Benefícios
2019/20	60,6	31,3	8,1
2020/21	45,7	47,5	6,8
2021/22	37,6	56,8	5,6

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração fixa é reajustada de acordo com a movimentação do mercado executivo de referência. Os demais componentes são reajustados de acordo com a movimentação de mercado e da estratégia de remuneração definida.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Os componentes de remuneração fazem parte da estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados. São um incentivo na busca contínua da melhoria dos processos de gestão e performance da organização.

**V. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Vide item 13.1 (b)(i).

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Vide item 13.1 (b)(i).

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Política visa a retenção e o comprometimento dos profissionais com os resultados da Companhia, nos aspectos: financeiro, operacional e estratégico, observando-se as práticas de sustentabilidade (ambiental, social e governança).

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria indicando (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A remuneração global anual dos Administradores será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária. A proposta de remuneração deve seguir a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2021.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Gestão de Pessoas assessorará o Conselho de Administração nas questões referentes à remuneração dos Administradores, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevalentes no mercado e o ambiente competitivo. Cabe ainda ao Comitê acompanhar a formulação e atingimento do placar de metas da diretoria, bem como propor ao Conselho de Administração ajustes à modelagem da remuneração que se façam necessários para o pleno atingimento das diretrizes da política de remuneração.

Conselho e Comitê contarão com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

Para mais detalhes, vide item 13.1 (b)(i).

### **13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

As tabelas abaixo apresentam a remuneração global anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal: (i) reconhecida no exercício encerrado em 31.03.2020, 31.03.2021 e 31.03.2022, considerando a média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo; e (ii) a média anual tem-se como base o início e o término do exercício social.

#### **2019/2020 (em R\$): Média de 7 Conselheiros, 3 Conselheiros Fiscais e 10 Diretores**

Órgão	Nº de membros	Nº membros remunerados	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Total	INSS Empresa	Plano de Opções Virtuais	Total
Conselho de Administração	7	7	6.926.023,68	-	33.271,42	6.959.295,10	1.385.204,76	-	8.344.499,86
Conselho Fiscal	3	3	346.797,36	-	-	346.797,36	69.359,43	-	416.156,79
Diretoria	10	10	10.846.870,56	5.598.861,79	1.461.436,46	17.907.168,81	3.289.088,96	13.958.591,53	35.154.849,30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>18.119.691,60</b>	<b>5.598.861,79</b>	<b>1.494.707,88</b>	<b>25.213.261,27</b>	<b>4.743.653,15</b>	<b>13.958.591,53</b>	<b>43.915.505,95</b>

**2020/2021 (em R\$): Média de 7 Conselheiros, 3 Conselheiros Fiscais e 10 Diretores**

Órgão	Nº de membros	Nº membros remunerados	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Total	INSS Empresa	Plano de Opções Virtuais	Total
Conselho de Administração	7	7	7.081.144,92	-	33.380,94	7.114.525,86	1.416.228,99	-	8.530.754,85
Conselho Fiscal	3	3	358.284,24	-	-	358.284,24	71.656,89	-	429.941,13
Diretoria	10	10	11.367.544,24	11.816.541,27	1.680.635,99	24.864.721,50	4.641.777,23	6.995.002,00	36.501.500,73
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>18.806.973,40</b>	<b>11.816.541,27</b>	<b>1.714.016,93</b>	<b>32.337.531,60</b>	<b>6.129.663,11</b>	<b>6.995.002,00</b>	<b>45.462.196,71</b>

**2021/2022 (em R\$): Média de 7 Conselheiros, 3 Conselheiros Fiscais e 10,7 Diretores**

Órgão	Nº de membros	Nº membros remunerados	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Total	Plano de Opções Virtuais	Total
Conselho de Administração	7	7	7.532.662,72	-	33.783,12	7.566.445,84	-	7.566.445,84
Conselho Fiscal	3	3	383.139,36	-	-	383.139,36	-	383.139,36
Diretoria	10,7	10,7	13.099.902,20	19.762.893,11	1.951.874,60	34.814.669,91	8.743.733,00	43.558.402,91
<b>Total</b>	<b>20,7</b>	<b>20,7</b>	<b>21.015.704,28</b>	<b>19.762.893,11</b>	<b>1.985.657,72</b>	<b>42.764.255,11</b>	<b>8.743.733,00</b>	<b>51.507.988,11</b>

\* Desconsiderado INSS conforme recomendação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021 de 26.2.2021

**Remuneração prevista para o exercício social corrente 2022/2023 (em R\$) para 7 Conselheiros, 3 Conselheiros Fiscais e 11 Diretores.**

Órgão	Nº de membros	Nº membros remunerados	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Total	Plano de Opções Virtuais	Total
Conselho de Administração	7	7	8.536.307,04	-	37.746,24	8.574.053,28	-	8.574.053,28
Conselho Fiscal	3	3	428.085,00	-	-	428.085,00	-	428.085,00
Diretoria	11	11	15.033.045,24	19.418.674,98	2.365.653,70	36.817.373,92	9.418.674,98	46.236.048,90
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23.997.437,28</b>	<b>19.418.674,98</b>	<b>2.403.399,94</b>	<b>45.819.512,20</b>	<b>9.418.674,98</b>	<b>55.238.187,18</b>

\* Desconsiderado INSS conforme recomendação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-22-CVM/SEP de 24.2.2022

O valor de R\$ 9.418.674,98 (nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) refere-se ao limite para outorga de opções virtuais de compra de ações, (caso venham a ser outorgadas aos administradores, por decisão exclusiva e discricionária do Conselho de Administração no decorrer desse exercício). Não serão considerados nesse limite, o valor do exercício das opções virtuais outorgadas em exercícios anteriores.

### 13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2020 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	10	3	20
Nº Membros remunerados	7	10	3	20
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	11.846.234,02	n/a	11.846.234,02
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	11.846.234,02	n/a	11.846.234,02
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	5.598.861,79	n/a	5.598.861,79
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

#### Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2021 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	10	3	20
Nº Membros remunerados	7	10	3	20
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	12.039.879,32	n/a	12.039.879,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	12.039.879,32	n/a	12.039.879,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	11.816.541,27	n/a	11.816.541,27
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2022 (em R\$)**

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº Total de membros</b>	7	10,7	3	<b>20,7</b>
<b>Nº Membros remunerados</b>	7	10,7	3	<b>20,7</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	<b>0</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	23.374.286,62	n/a	<b>23.374.286,62</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	23.374.286,62	n/a	<b>23.374.286,62</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	19.762.893,11	n/a	<b>19.762.893,11</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2022/2023 (em R\$)**

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº Total de membros</b>	7	11	3	<b>21</b>
<b>Nº Membros remunerados</b>	7	11	3	<b>21</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	<b>0</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	19.418.674,98	n/a	<b>19.418.674,98</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	19.418.674,98	n/a	<b>19.418.674,98</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

(\*) – Previsão pelo valor máximo

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**
**a. termos e condições gerais:**

A Companhia possui Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

O valor justo atribuído a estas opções é determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes (que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco).

**b. principais objetivos do plano**

A intenção é estimular o êxito de seus objetivos estratégicos, vinculando parte da remuneração variável à valorização da Companhia e consequentemente de suas ações.

**c. forma como o plano contribui para esses objetivos**

Espera-se que os Diretores contribuam para os resultados empresariais e para valorização da Companhia e consequentemente de suas ações.

**d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Como um componente da remuneração total e um incentivo aos resultados de médio e longo prazo.

**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.**

Alinhando os resultados de curto, médio e longo prazo, através do cumprimento das metas, crescimento da Companhia e valorização desta e consequentemente de suas ações.

**f. número máximo de ações abrangidas.**

Não aplicável, dado que atualmente há apenas opções virtuais de compra de ações em circulação.

**g. número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável.

**h. condições de aquisição de ações**

Contemplado no item "a".

**i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Contemplado no item "a".

**j. critérios para fixação do prazo de exercício**

Contemplado no item "a".

**k. forma de liquidação**

Não há desembolso pelo beneficiário.

**l. restrições à transferência das ações.**

Não aplicável por se tratar de opções virtuais de compra de ações.

**m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração.

**n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Perda ou antecipação do direito de exercício, conforme previsão contratual.

### 13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Segue tabela com as informações da remuneração baseada em ações da diretoria estatutária reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente.

#### Exercício social o exercício social corrente (safra 22/23)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros <sup>1</sup></b>	<b>7</b>	<b>10,0</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>10,0</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	24,44
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas <sup>2</sup></b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>

<sup>1</sup> Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

<sup>2</sup> Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)  
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

#### Exercício social encerrado 31.3.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros <sup>1</sup></b>	<b>7</b>	<b>10,0</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>10,0</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	20,24
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	18,98
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas <sup>2</sup></b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>

<sup>1</sup> Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

<sup>2</sup> Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)  
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

#### Exercício social encerrado 31.3.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros <sup>1</sup></b>	<b>7</b>	<b>9,2</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>9,2</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	18,74
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	17,91
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas <sup>2</sup></b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>

<sup>1</sup> Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

<sup>2</sup> Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)  
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

**Exercício social encerrado 31.3.2020**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b> <sup>1</sup>	7	9,5
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	9,5
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	17,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	15,98
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b> <sup>2</sup>	n/a	n/a

<sup>1</sup> Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

<sup>2</sup> Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)  
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

**Outorga de opções de compras de ações - Diretoria Estatutária**

<b>Diretoria Estatutária</b>							
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>							
Data de outorga	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021
Quantidade de opções outorgadas	696.465	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175
Prazo para que as opções se tornem exercíveis <sup>1</sup>	dez/17, 18 e 19	dez/18, 19 e 20	dez/19, 20 e 21	dez/20, 21 e 22	dez/21, 22 e 23	dez/22, 23 e 24	dez/23, 24 e 25
Prazo máximo para exercício das opções	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27	dez/28
Prazo de restrição a transferência de ações	n/a						
Valor justo das opções na data da outorga	5,88	6,22	5,48	4,65	5,72	11,09	17,47

<sup>1</sup> Um terço a cada ano

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

**13.6. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

A tabela apresenta informações sobre as opções virtuais em aberto outorgadas aos membros da Diretoria ao final do exercício social encerrado em 31.3.2022.

Data da outorga	12/12/2016	02/05/2018	02/05/2018
<b>Nº total de membros</b>	8	9	9
<b>Nº de membros remunerados</b>	8	9	9
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	15.210	16.987	16.987
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2023	dez/2024	dez/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	17,70	17,76	17,76
Valor justo das opções no último dia do exercício social	26,66	26,60	26,60
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	405.498,60	451.854,20	451.854,20

Data da outorga	10/12/2018	10/12/2018	10/12/2018
<b>Nº total de membros</b>	10	9	9
<b>Nº de membros remunerados</b>	10	9	9
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	0	0	357.887
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	dez/2022
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	dez/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	19,07
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	25,29
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	20.327	47.034	0
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2025	dez/2025	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,07	19,07	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	25,29	25,29	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	514.069,83	1.189.489,86	9.050.962,23

Data da outorga	09/12/2019	09/12/2019	09/12/2019
<b>Nº total de membros</b>	11	11	11
<b>Nº de membros remunerados</b>	11	11	11
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	0	336.452	336.457
Data em que se tornarão exercíveis	-	dez/2022	dez/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	dez/2026	dez/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	19,38	19,38
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	24,98	24,98
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	43.380	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2026	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,38	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	24,98	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	1.083.632,40	8.404.570,96	8.404.695,86

Data da outorga	14/12/2020	14/12/2020	14/12/2020
<b>Nº total de membros</b>	11	11	11
<b>Nº de membros remunerados</b>	11	11	11
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	218.398	218.395	218.391
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2022	dez/2023	dez/2024
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2027	dez/2027	dez/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	24,22	24,22	24,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	20,14	20,14	20,14
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	4.398.535,72	4.398.475,30	4.398.394,74

Data da outorga	13/12/2021	13/12/2021	13/12/2021
<b>Nº total de membros</b>	11	11	11
<b>Nº de membros remunerados</b>	11	11	11
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	166.869	166.866	166.860
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2023	dez/2024	dez/2025
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2028	dez/2028	dez/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	37,17	37,17	37,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	7,19	7,19	7,19
<b>Opções exercíveis</b>			
Quantidade	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	1.199.788,11	1.199.766,54	1.199.723,40

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

As tabelas abaixo representam as informações sobre as opções exercidas relativas remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31.3.2020, 31.3.2021 e 31.3.2022.

#### Exercício social encerrado em 31.3.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7	10,1
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	10,1
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	872.184
Preço médio ponderado de exercício	n/a	18,79
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	26,67
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

#### Exercício social encerrado em 31.3.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7	8,6
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	8,6
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	1.146.321
Preço médio ponderado de exercício	n/a	17,91
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	13,75
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

**Exercício social encerrado em 31.3.2020**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7	8,1
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	8,1
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	1.066.474
Preço médio ponderado de exercício	n/a	15,98
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	10,91
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):**

Contemplado no item 13.4“a”.

**a. modelo de precificação:**

Vide item (i) do item 13.4. O modelo de precificação das opções utilizado pela Companhia é o Modelo *Black-Scholes*, de acordo com a Deliberação CVM 650/2010 (CPC-10).

**b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**

A Companhia possui um programa de opções virtuais de compra de ações.

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, conforme premissas:

- (i) Preço da Ação – valor da ação na data da outorga;
- (ii) Preço de Exercício – preço para o exercício de cada opção virtual
- (iii) Volatilidade (% anual) – a variação média do preço das ações da Companhia (B3) até a data da outorga (24 meses);
- (iv) Tempo de Carência (“*Vesting Period*”) – o período para exercer o direito das ações está previsto no contrato de Opções Virtuais;
- (v) Dividendos esperados – Referência dos patamares praticados pela Companhia em 2020;
- (vi) Taxa de juros livre de risco – Considerada a taxa dos títulos NTN-B alinhados aos períodos de carência do plano;
- (vii) Quantidade de opções virtuais – quantidade total de opções virtuais a ser outorgada aos beneficiários.

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.**

Contemplado no item 13.8.“b”.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada.**

Contemplado no item 13.8.“b”.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Todas as características importantes da opção, virtuais ou não, de compra de ações e da concessão de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

**13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente devidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

GRUPO	AÇÕES	%
Conselho	791.268	0,22
Diretoria	3.035	0,00
Controladores*	203.031.993	57,35

\* Posição considera Controladores diretos e indiretos

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:**

Número	Conselho de Administração	Diretoria
De membros	n/a	10,7
De membros remunerados	n/a	10,7
Nome do plano	<b>São Martinho PREV</b>	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	7.110.657 (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	1.035.939
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do empregado ou a parte da empresa conforme vesting

(\*) – Valores Nominiais

**13.11. Remuneração para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao conselho fiscal:**

Descrição	Abr/2019 à Mar/2020			Abr/2020 à Mar/2021			Abr/2021 à Mar/2022		
	Conselho de Administ.	Conselho de Fiscal	Diretoria	Conselho de Administ.	Conselho de Fiscal	Diretoria	Conselho de Administ.	Conselho de Fiscal	Diretoria
Número de membros	7	3	10	7	3	10	7	3	10,7
Número de membros remunerados	7	3	10	7	3	10	7	3	10,7
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.260.503	115.599	4.610.374	1.277.274	119.428	5.564.274	1.416.398	127.713	18.001.851
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	397.179	115.599	1.020.807	499.968	119.428	1.131.463	582.288	127.713	831.623
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	994.185	115.599	1.790.717	1.016.361	119.428	2.486.472	1.080.921	127.713	3.253.707

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para o emissor):**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria.

A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro “D&O” Directors and Officers Liability para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos (até o limite de R\$ 60 milhões).

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

<b>Descrição</b>	<b>Abr/19 a Mar/20</b>	<b>Abr/20 a Mar/21</b>	<b>Abr/21 a Mar/22</b>
Conselho de Administração	83,4%	76,9%	73,6%
Conselho de Fiscal	0%	0%	0%
Diretoria	0%	0%	0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer remuneração paga diretamente a membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam e/ou que não estejam divulgados em outro item do Formulário de Referência.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título, tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não há.

**13.16. Outras informações relevantes:**

Conforme Ofício Circula/ANUAL-22-CVM/SEP de 24.2.2022, o valor da remuneração em relação ao previsto para o exercício em curso está líquido de encargos sociais e por isso não foram divulgados nas tabelas do item 13.2. Abaixo previsão do INSS para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 1.707.261,40

DIRETORIA: R\$ 8.774.079,04

CONSELHO FISCAL: R\$ 85.617,00

**Anexo VIII**
**Informações Adicionais sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social**

Informações adicionais sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigor conforme redação no quadro abaixo:

**CAPÍTULO II  
Capital Social e Ações**

Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
<p><b>Artigo 5º.</b> O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 2.681.570.983,27 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), dividido em 354.011.329 (trezentas e cinquenta e quatro milhões, onze mil e trezentos e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p><b>Artigo 5º.</b> O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ <del>2.681.570.983,27</del> (dois bilhões, <del>seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos</del>), R\$ 3.161.383.584,54 (três bilhões, cento e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 354.011.329 (trezentas e cinquenta e quatro milhões, onze mil e trezentas e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>* Aumento capital social (capitalização de reserva de orçamento de capital e de reserva de incentivos fiscais já investidos)</p>

**Anexo IX  
Parecer Conselho Fiscal**

**SÃO MARTINHO S.A.  
CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56  
NIRE Nº 35.300.010.485  
Companhia Aberta**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
SÃO MARTINHO S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO MARTINHO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, procederam a análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2022, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 20 de junho de 2022 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral e Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, assim como, opinam favoravelmente sobre as propostas da Administração para: a) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2022; b) Distribuição de dividendo obrigatório e complementar; c) Orçamento de Capital safra 2022/2023, base para retenção de lucros; e, d) Aumento do Capital Social, com utilização da Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva de Capital.

São Paulo, 20 de junho de 2022.

**Conselheiros:**

**Maurício Curvelo de Almeida Prado Carlos Alberto Ercolin**

**Paulo Nobrega Frade**